Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**A exposição dos trabalhadores ao risco do amianto avaliada a
partir da análise de acórdãos judiciais de 1999 até 2009**

Mônica da Silva Stella

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Saúde Pública da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em
Saúde Pública**

Área de Concentração: Saúde Ambiental

**Orientadora: Prof. Dra. Frida Marina
Fischer**

São Paulo
2010

**A exposição dos trabalhadores ao risco do amianto avaliada a
partir da análise de acórdãos judiciais de 1999 até 2009**

Mônica da Silva Stella

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Saúde Pública da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre
em Saúde Pública**

Área de Concentração: Saúde Ambiental

**Orientadora: Prof. Dra. Frida Marina
Fischer**

São Paulo

2010

Dedico este estudo a todos os trabalhadores que lutam por melhorias nas suas condições de trabalho, a fim de que ele possa ser fonte de prazer e não doença e sofrimento...

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus que sempre coloca no meu caminho, no momento certo, as pessoas que irão colaborar para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

À Profª. Dra. Frida Marina Fischer pela orientação, pelo apoio e confiança em mim depositada.

À amiga Fernanda Giannasi pelas preciosas sugestões.

À amiga Simone Lambiasi pela especial e afetuosa colaboração.

Ao meu irmão Ariovaldo pelo estímulo ao meu desenvolvimento profissional.

Aos meus pais, Rita e Ariovaldo, que tanto me incentivaram a sempre estudar com amor e dedicação.

RESUMO

Introdução – Trata-se de um estudo descritivo das sentenças de segunda instância do Poder Judiciário que envolva o problema do trabalhador exposto ao risco do amianto como uma questão de saúde pública. **Objetivo** – Avaliar as decisões judiciais a respeito da exposição dos trabalhadores ao risco do amianto como causa de doença do trabalho a partir da análise de acórdãos judiciais de 1999 até 2009. **Métodos** – Os objetivos foram alcançados mediante pesquisa em acórdãos judiciais publicados no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região, TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região e TST (Tribunal Superior do Trabalho), que são tribunais pertencentes à Justiça do Trabalho, bem como no TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo), STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal), pertencentes à Justiça Comum, a partir do momento histórico em que houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerando-se o ano da publicação ou do registro dos acórdãos de 1999 a 2009. Os acórdãos foram selecionados por meio da “internet” nos “sites” dos Tribunais em referência, que disponibilizam a busca “on line”. **Resultados** – Os resultados indicam que de um total de 119 decisões judiciais analisadas, considerando-se todos os critérios de inclusão e exclusão, apenas em 42 casos houve a comprovação do nexo de causalidade entre a exposição do trabalhador ao risco do amianto e a doença adquirida no trabalho, o que evidencia que o trabalhador desincumbiu-se de seu ônus probatório em pequena parte dos acórdãos. **Conclusões** – Pela avaliação dos acórdãos judiciais de 1999 até 2009 a respeito da exposição dos trabalhadores ao risco do amianto como causa de acidente do trabalho, doença profissional ou morte, somente em 35,3% das decisões foram declarados procedentes os pedidos dos trabalhadores.

Descritores – Amianto; Mesotelioma; Asbesto; Asbestose; Poder Judiciário; Tribunais; Acórdão Judicial; Saúde do Trabalhador.

“ABSTRACT”

Introduction - This is a descriptive study of Judiciary second appeal decisions involving the problem of the risk of workers when exposed to asbestos as a public health issue.

Objective - To evaluate judicial decisions regarding the exposure of workers to the risk of asbestos as a cause of occupational disease from the analysis of Judicial Decisions from 1999 to 2009.

Methods - The objectives have been achieved by researching judicial decisions published by the TRT (Regional Court of Labor) of the 2nd Region, by the TRT (Regional Court of Labor) of the 15th Region and by the TST (Superior Labor Court), which are courts of the Labor Justice Department, as well as the ones by the TJSP (Court of Justice of São Paulo), by the STJ (Higher Justice Court) and by the STF (Supreme Federal Court), of the Common Justice, from the historical moment in which the 1988 Constitution was promulgated, considering the year of publication or record of the Judiciary Decisions from 1999 to 2009. The judicial decisions were selected with the use of the internet in the sites of the Courts previously mentioned, which made possible to make this search on line.

Results - The results indicate that from a total of 119 judicial decisions, which were analyzed, and also taking in consideration all the inclusion and exclusion criteria, only in 42 cases there was proof of a causal link between the worker's risky exposure to asbestos and the disease acquired at work, which shows that the employee is discharged of the evidential burden on a small portion of the decisions. **Conclusions** - For the evaluation of the judicial decisions from 1999 to 2009 regarding the exposure of workers to the risk of asbestos as a cause of work accidents, and occupational disease or death, only 35.3% of decisions were in favor of the worker's claim.

Keywords – Asbestos; Mesothelioma; Asbestos; Asbestosis; Judiciary; Courts; Judicial Decisions; Occupational Health.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Saúde	01
1.2. Uso do amianto	05
1.3. Efeitos do amianto na saúde	09
1.4. O tema amianto no âmbito da saúde pública	13
1.5. Legislação sobre o uso do amianto no Brasil e no mundo	14
2. JUSTIFICATIVA	26
3. OBJETIVOS	34
3.1. Objetivo geral	34
3.2. Objetivos específicos	34
4. MÉTODOS	36
4.1. Delimitação do universo temporal e geográfico	36
4.2. Seleção de técnicas e coleta de dados	37
4.3. Instrumentos de coleta, observação e avaliação	39
4.4. Forma de análise dos resultados	40
4.5. Limites do estudo	40
4.6. Número de acórdãos judiciais com os descritores amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose em todos os Tribunais de 1999 a 2009	42
4.7. Etapas do Trabalho	54
5. RESULTADOS	57
5.1. Acórdãos judiciais analisados	57
5.2. Avaliação e interpretação dos dados	59
6. DISCUSSÃO	69
7. CONCLUSÕES	89
8. RECOMENDAÇÕES	92
9. REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números iniciais de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose nos Tribunais de 1999 a 2009	43
Tabela 2 – Números de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum com exclusão das decisões judiciais de natureza criminal	45
Tabela 3 – Números de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho	46
Tabela 4 – Números de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 em cada Tribunal por descritor	47
Tabela 5 – Ano da publicação ou do registro dos acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais	48
Tabela 6 – Números de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho excluídos os casos em que o objeto da ação judicial não tem pertinência direta com a matéria ligada à saúde do trabalhador	49
Tabela 7 – Ano da publicação ou do registro dos acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais, considerando-se os casos com pertinência direta à matéria ligada à saúde do trabalhador	50
Tabela 8 – Números de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 em cada Tribunal por descritor, considerando-se os casos com pertinência direta à matéria ligada à saúde do trabalhador	51

Tabela 9 – Números de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho que foram objeto de análise e interpretação de dados, considerando-se todos os critérios de inclusão e exclusão, bem como ausência de repetição dos distintos descritores e a mera citação dos descritores no corpo do texto das decisões	53
Tabela 10 – Ano da publicação ou do registro dos acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais, que foram objeto de análise e interpretação de dados, considerando-se todos os critérios de inclusão e exclusão	57
Tabela 11 – Números de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais em cada etapa de trabalho	58
Tabela 12 – Comprovação da exposição do trabalhador ao risco do amianto segundo os acórdãos dos Tribunais relativos ao ano de 1999 a 2009	59
Tabela 13 – Resultado favorável ao trabalhador nas demandas judiciais em segunda instância de acordo com os acórdãos nos Tribunais de 1999 a 2009	60
Tabela 14 – Resultados favoráveis ao trabalhador, considerando-se os Tribunais analisados na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho segundo os acórdãos de 1999 a 2009	61
Tabela 15 – Ocorrência de morte do trabalhador até a data do julgamento do processo em segunda instância, considerando-se os acórdãos dos Tribunais de 1999 a 2009	62
Tabela 16 – Pedidos dos trabalhadores expostos ao risco do amianto nos processos analisados de 1999 a 2009	65
Tabela 17 – Tipos de empresas que participaram das demandas judiciais de 1999 a 2009	66
Tabela 18 – Número de acórdãos em que a empresa Eternit S.A. figura como parte nas demandas judiciais	67

SIGLAS UTILIZADAS

ABREA – Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANS – Agência Nacional de Saúde

Art. – Artigo

CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho

CID – Código Internacional de Doenças

CC – Código Civil

CF – Constituição Federal de 1988

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPC – Código de Processo Civil

EC – Emenda Constitucional

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Seg. e Medicina do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCA – Instituto Nacional do Câncer

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SAT – Seguro de Acidentes do Trabalho

SINAN – Sistema de Informações de Agravos de Notificação

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUB – Sistema Único de Benefícios

SUS – Sistema Único de Saúde

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

TRT 2ª REGIÃO – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

TRT 15ª REGIÃO – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

TST – Tribunal Superior do Trabalho

1. INTRODUÇÃO

1.1. Saúde

A Constituição Federal de 1988 assegura a livre iniciativa na ordem econômica capitalista, mas condiciona tal iniciativa ao respeito à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e ao respeito e proteção do meio ambiente, o que requer a intervenção do Estado na defesa desses primados (MELO, 2006).

Dentre as áreas de interesse do Estado brasileiro, definidas na Constituição Federal, há o direito à saúde como um direito social. Pela Constituição Federal de 1988, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. A Carta Magna indica que a saúde ultrapassa o entendimento comum de simples ausência de doença, impondo ao Estado o dever de, por meio de políticas sociais e econômicas, redução do risco de doenças e, também, recuperação, proteção e promoção de saúde. Desta maneira, o legislador infraconstitucional trata saúde como algo de definição complexa, infraconstitucionalmente definida pela Lei ordinária nº 8.080/90, que define mais detalhadamente o que seria esta saúde, que implica um direito ao bem-estar ecobiopsicossocial do indivíduo. A definição mais difundida é a encontrada no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde: *“saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença”* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1948). Contudo, esta definição de saúde da OMS está ultrapassada por que ainda destaca o físico, o mental e o social. O presente enfoque é importante para uma visão ampliada de saúde pública.

A promoção da saúde, como vem sendo entendida nos últimos anos, representa uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afetam as populações humanas. Partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, propõe a articulação de saberes técnicos e populares, e a mobilização

de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução (BUSS, 2000).

Decorridos pouco mais de vinte anos da divulgação da Carta de Ottawa (OMS, 1986), um dos documentos fundadores da promoção da saúde atual, este termo está associado a um conjunto de valores: qualidade de vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação e parceria, entre outros. Refere-se também a uma combinação de estratégias: ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e de parcerias intersetoriais. Isto é, trabalha com a idéia de responsabilização múltipla, seja pelos problemas, seja pelas soluções propostas para os mesmos.

A Carta de Ottawa define promoção da saúde como *"o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo"* (OMS, 1986). Inscreve-se, desta forma, no grupo de conceitos mais amplos, reforçando a responsabilidade e os direitos dos indivíduos e da comunidade pela sua própria saúde.

A Carta de Ottawa assume o conceito de saúde da OMS e insiste em que *"a saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida"*. Afirma, ainda, que *"as condições e requisitos para a saúde são: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade"* (OMS, 1986).

A saúde é, portanto, um produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, e de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde. Suas atividades estariam, então, mais voltadas ao coletivo de indivíduos e ao ambiente, compreendido num sentido amplo, de ambiente físico, social, político, econômico e cultural, através de políticas públicas e de condições favoráveis ao desenvolvimento da saúde (BUSS, 2000).

Partindo-se destas idéias, a direito à saúde não pode deixar de estar inserido no âmbito da discussão jurídica e, neste sentido, mister enquadrar a questão da saúde em várias searas do direito, a fim de que se entenda a complexidade do tema de uma forma mais completa.

Sob o ponto de vista do Direito, pode-se enquadrar a saúde sob o enfoque de diversas áreas jurídicas como, por exemplo: Direito Constitucional; Direito do Trabalho; Direito Previdenciário e da Seguridade Social.

O Direito do Trabalho e o Direito da Seguridade Social ainda têm optado, em sua maioria, por soluções tímidas e, na prática, de eficácia reduzida na tutela da vida e da saúde dos trabalhadores, preferindo historicamente a adoção de um sistema de tarifação por adicionais de insalubridade (art. 189) e periculosidade (art. 193), ambos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e por benefícios e aposentadorias especiais, mercantilizando, assim, as fases da vida e as partes do corpo dos trabalhadores (FIGUEIREDO, 2007). Com a Emenda Constitucional nº 45/2004, espera-se que tenha havido o início de uma mudança na esfera trabalhista, pois houve a extensão de sua competência, devendo as ações de indenização por danos morais e materiais oriundas das relações de trabalho serem julgadas pela Justiça do Trabalho.

A saúde e o meio ambiente, nele inserido o do trabalho, ganharam maior relevância na Carta Constitucional de 1988. Conforme se observa, a saúde é um direito social, um bem indissociável da vida, cuja inviolabilidade é garantida pelo art. 5º, da Constituição Federal, estando a matéria inserida como um direito fundamental. O art. 196, da Constituição Federal, disciplina o direito social à saúde, sendo um direito de todos e um dever do Estado. No art. 198, da Constituição Federal, ficou esboçada a estrutura do SUS (Sistema Único de Saúde). O art. 225, da Constituição Federal, expressamente cuidou do direito ao meio ambiente equilibrado, considerando-o como um bem de uso comum do povo, em condições de igualdade.

Sob o aspecto do Direito Ambiental, portanto, o cerne da proteção em apreço, o bem objeto da tutela constitucional, é o direito à sadia qualidade de vida, proveniente do

equilíbrio ecológico do meio ambiente, considerado em sua unidade, na qual evidencia-se o aspecto do meio ambiente do trabalho (ANDRADE, 2003). No art. 200, da Constituição Federal, encontram-se as determinações endereçadas ao SUS que, entre as suas diversas atribuições, colabora na proteção ao meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, o que, sob a ótica da proteção da saúde, estão incluídos os direitos sociais dos trabalhadores. Os artigos 6º e 7º, da Constituição Federal, tratam do direito dos trabalhadores à saúde, atribuindo aos trabalhadores urbanos e rurais direitos e garantias mínimas, sem prejuízo de outros que visem à melhoria de sua condição social e, nesse sentido, são arrolados direitos fundamentais indisponíveis na busca de melhoria da condição de vida dos trabalhadores.

A Convenção nº 155, da OIT, ratificada pelo Brasil, traz o conceito de saúde no trabalho: “A saúde, com relação ao trabalho, abrange não só a ausência de afecções ou de doenças, mas também os elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e a higiene do trabalho”.

O tema pode ser, ainda, contextualizado no âmbito do Direito Sanitário, inserindo-se também neste ramo a proteção do direito à saúde no Brasil. O Direito Sanitário é formado pelo conjunto de normas jurídicas que tem por finalidade a concretização do direito humano fundamental à saúde, exigindo do Estado a adoção de ações concretas para sua promoção, proteção e recuperação da saúde de todos os indivíduos (AITH, 2007).

Ressalte-se que o Direito Sanitário, em sua complexidade, reúne em seu conteúdo, não só normas de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, mas também diversas normas esparsas que cuidam de aspectos relacionados direta ou indiretamente com a saúde (AITH, 2007).

O Direito Sanitário condiciona e proíbe condutas para assegurar a saúde da população e, nesse sentido, tem por base um dos princípios mais fundamentais desta área jurídica, que é o princípio da segurança sanitária, entendendo-se que, por este princípio, que a proteção da saúde exige uma atuação permanente e vigilante dos indivíduos, das famílias,

das coletividades e, principalmente, do Estado, reduzindo-se os riscos à saúde (AITH, 2007).

1.2. Uso do amianto

A exploração em escala comercial do amianto teve início no final do século XVII, com as primeiras tentativas de mineração do amianto no Canadá, Rússia e França, em jazidas descobertas durante a prospecção de outros minerais. A aplicação do amianto como revestimento e isolante passou a ser estudada e divulgada amplamente a partir da segunda metade do século XIX. Em 1895, com a descoberta do fibrocimento, mistura de cimento, amianto e água, pelo austríaco Ludwig Hatschek, o produto passou a ser utilizado em toda a Europa pela facilidade e agilidade em sua aplicação como cobertura, na montagem de telhados e galpões, sendo que, a partir do século XX, o processo passou a ser difundido em todo o mundo.

O trabalhador, ao utilizar esse mineral como matéria-prima no seu processo de trabalho, está sujeito a apresentar uma lesão progressiva em sua saúde. Assim, por tratar-se de doença de difícil diagnóstico e de longo período de latência, poderá trazer implicação sobre sua capacidade produtiva e ao processo de reconhecimento dos riscos e da doença profissional. Historicamente, os possíveis danos à saúde do trabalhador, em especial do trabalhador exposto ao amianto, não priorizaram a defesa da vida, da saúde e do meio ambiente (MENDES, 2001).

Dada a dimensão do problema envolvendo a questão do amianto e a necessidade premente de soluções, não se permite mais ignorá-lo. A questão fica ainda mais incômoda quando já se sabe que a implementação de medidas preventivas, algumas bastante simples e de baixo custo, alcançam reduções estatísticas significativas, economizando, inclusive, vidas humanas (OLIVEIRA, 2008).

Trabalhadores, seus familiares e comunidades vizinhas às indústrias correm risco na exposição ao amianto. Envolvem, portanto, vários atores sociais, em suas mais diferenciadas formas de organização e atuação (GIANNASI, 2005).

O amianto, por anos, chamado de "mineral mágico", foi utilizado principalmente na indústria da construção civil (pisos vinílicos, telhas, caixas d'água, canalizações, divisórias, forros falsos, tubulações, vasos de decoração e para plantio e outros artefatos de cimento-amianto) e para isolamento acústico ou térmico. Foi empregado também na indústria automobilística com a fabricação, montagem e manutenção de sistemas de embreagem e guarnições de freios (lonas e pastilhas de veículos), em juntas, gaxetas e outros materiais de isolamento e vedação, revestimentos de discos de embreagem, tecidos para vestimentas e acessórios antichama ou calor, tintas e impermeabilizantes, instrumentos de laboratórios, nas indústrias bélica, aeroespacial, têxtil (roupas e EPI's), indústria de papel, papelão e celulose, indústria naval, de fundições, de produção de cloro-soda, indústrias de material plástico na confecção de adesivos, indústria de vidros, indústria petroquímica, lavanderias industriais, mineração e transporte de amianto, entre outras aplicações (INCA).

O Brasil está entre os maiores produtores de amianto do mundo e é também um grande consumidor, havendo por isto um grande interesse científico em nível mundial sobre a situação brasileira. Há jazidas de amianto nos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Piauí. A primeira mineração de asbesto *crisotila* no país, utilizando técnicas modernas, foi desenvolvida pela SAMA, antes com o nome de SAMA S.A. Mineração de Amianto, na mina de São Félix, no município de Poções, na Bahia, a partir de 1940, permanecendo ativa até 1967, quando suas reservas se esgotaram. Atualmente, a totalidade de amianto *crisotila* é minerada e processada na mina Cana Brava, no município de Minaçu, Estado de Goiás (NUNES, 1988).

Portanto, a única mina de amianto *crisotila* em exploração no Brasil situa-se no município de Minaçu, no Estado de Goiás. Trata-se da empresa SAMA, atualmente com a

denominação social de SAMA Minerações Associadas, que é controlada pelo Grupo ETERNIT¹.

¹ Disponível em <<http://www.etsnit.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

A Eternit é uma empresa que controla as duas subsidiárias: SAMA Minerações Associadas e a PRECON Goiás, esta última localizada no município de Anápolis, também pertencente ao Estado de Goiás.

A empresa subsidiária SAMA Minerações Associadas é também a única mineradora de amianto *crisotila* em operação na América Latina, sendo a terceira maior mineradora de amianto *crisotila* do mundo. Esta empresa tem 40% de sua produção destinada atualmente para a exportação e está presente em mais de vinte países da Ásia, América Latina, África e Oriente Médio, com destaque para a Índia, Tailândia, Indonésia, Japão, México, Colômbia, Nigéria, Emirados Árabes Unidos e Irã².

O amianto ou asbesto é uma fibra mineral natural extraída de rochas amiantíferas e pode ser classificado em grupos:

- a) os anfíbolios são compostos por fibras duras, retas e pontiagudas, além de possuir altas concentrações de ferro em sua composição, agrupando-se em cinco variedades principais: *amosita* (amianto marrom), *crocidolita* (amianto azul), *antofilita*, *tremolita* e *actinolita*;
- b) as serpentinas, que apresentam fibras curvas e maleáveis, têm em sua composição altas concentrações de magnésio, tendo como principal variedade a *crisotila* (amianto branco), onde o Brasil é um dos principais produtores mundiais (ABREA, 2008).

O amianto *crisotila* é utilizado na fabricação do fibrocimento especialmente na construção civil. No fibrocimento, há a mistura de cimento, água e amianto, que tem a função de sustentação. Nesta mistura, as fibras ficam perfeitamente incrustadas na massa e

difícilmente se desprendem. Suas principais características são: incombustibilidade, resistência, capacidade isolante, durabilidade e flexibilidade.

² Disponível em <<http://www.sama.com.br>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

Dadas estas características da substância e a sua larga utilização na Construção Civil, não há como se desconsiderar que o Brasil é um grande produtor e consumidor de fibras de amianto na modalidade *crisotila* ou amianto branco extraídas, comercializadas, industrializadas e exportadas. Assim, é de se esperar que a questão seja tratada à luz de valores que priorizem a preservação ambiental, incluído o meio ambiente do trabalho.

Passados mais de cem anos desde as primeiras observações sobre a patogenicidade das fibras de amianto ou asbesto, já se considera como incontestável que a ampla gama de efeitos adversos, se constitua em grave problema de Saúde Pública. A carga de morbidade, de incapacidade e de mortes precoces, atribuíveis à exposição ocupacional ou ambiental de fibras de amianto em todas as suas formas, além de inequivocamente caracterizada, traz consigo a marca da inevitabilidade, posto que muitas fibras substitutivas já foram amplamente avaliadas, mostrando-se mais seguras, quando comparadas com a patogenicidade e carcinogenicidade do amianto. A proibição ou banimento do amianto em todas as suas formas é o caminho já alcançado por cerca de cinquenta países no mundo. Atualmente, apesar de pleiteado pela sociedade civil brasileira, é ignorado pelo Poder Público, na contramão flagrante do princípio da precaução e de uma gama enorme de direitos de cidadania (MENDES, 2007).

Agentes reconhecidamente cancerígenos, como o amianto, possuem limites de exposição tolerados, embora o conhecimento científico corrente de carcinogênese não reconheça limites de exposição seguros para agentes cancerígenos (GUSTAVSSON, 1998).

Nos termos da N.R. 15 – Anexo nº 12 (vide anexo três deste estudo) do Ministério do Trabalho e Emprego, o limite de tolerância para fibras respiráveis de asbesto

ou poeiras minerais para asbesto crisotila é de 2,0 fibras/cm³. Entende-se por "fibras respiráveis de asbesto" aquelas com diâmetro inferior a três micrômetros, comprimento maior que cinco micrômetros e relação entre comprimento e diâmetro superior a 3:1. Fica proibida a utilização de qualquer tipo de asbesto do grupo anfíbólio e dos produtos que contenham estas fibras.

Firmou-se um compromisso entre a empresa mineradora SAMA Minerações Associadas, o sindicato representante dos empregados e a Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto – CNTA no sentido de que haveria o Uso Controlado do Amianto – UCA. Por este acordo, os principais objetivos a serem atingidos são: fiscalizar o uso controlado do amianto, através de inspeções rotineiras nas áreas; conscientizar os colaboradores quanto à forma correta de trabalhar com as fibras de amianto crisotila; definir os limites de tolerância de fibras no ambiente de trabalho.

1.3. Efeitos do amianto na saúde

O termo “exposição” denota a ação ou o resultado de expor alguém ao contato com o que possa ser relevante para a saúde do indivíduo, sejam fatores ambientais, biológicos ou relacionados à situação econômica, atuando isoladamente ou em interação com fatores genéticos. São situações nas quais os indivíduos estão expostos à determinada substância, mistura de substâncias ou a processo de trabalho que aumentam, inclusive, o risco de incidência de neoplasias malignas (HUNTER, 1989).

A inalação de asbesto provoca uma pneumoconiose chamada asbestose. Asbestose é o nome dado a esta doença causada pela inalação de fibras de asbesto ou amianto. Trata-se de deposição de poeiras no pulmão e reação do tecido que ocorre na sua presença. O tratamento consiste em aliviar os sintomas de falta de ar que, com o tempo, podem levar a óbito por asfixia.

Conforme ensina o Professor Doutor René Mendes, a asbestose caracteriza-se clinicamente por dispnéia de esforços, estertores crepitantes nas bases, baqueteamento digital, alterações funcionais e pequenas opacidades irregulares ao radiograma de tórax. As alterações radiográficas são tardias e habitualmente só aparecem quando já se encontram instaladas as alterações funcionais e os sintomas (MENDES, 1995).

A primeira descrição científica da moléstia foi feita em 1899 por Murray. Suas observações mereceram pouca atenção dos meios científicos e somente a partir de 1930 o grave risco dessa moléstia profissional foi mais conhecido, com um número cada vez maior de casos de asbestose sendo descritos em todos os países industrializados (NOGUEIRA et al., 1975).

Tem-se que a asbestose é uma doença causada pela exposição ao amianto caracterizada pela alta concentração de fibras de asbesto nos alvéolos pulmonares. Contudo, a asbestose tem sido considerada uma doença leve em comparação ao câncer do pulmão. Com relação à epidemiologia, a asbestose tem sido relacionada à magnitude e duração da exposição ao asbesto. Quanto maior o tempo e a intensidade da exposição, maiores são as possibilidades de ocorrência e a gravidade da doença (TERRA FILHO et al., 2006).

Em 2001, o Doutor Eduardo Algranti e colaboradores identificaram em um estudo de investigação científica 74 casos de asbestose em uma população de 828 trabalhadores expostos ao amianto e 246 de casos com o espessamento pleural evidenciados na tomografia computadorizada de tórax com alta resolução (ALGRANTI et al., 2001). Na verdade, a asbestose não é a doença mais comum do asbesto ou amianto, pois as placas pleurais são as mais freqüentes manifestações da exposição ao asbesto. Em seguida vem a asbestose, o câncer de pulmão e, por último, o mesotelioma.

Consideram-se doenças pleurais as placas pleurais, as efusões pleurais e a fibrose pleural difusa. Ocorrem quando são inaladas fibras de asbestos pequenas o suficiente para penetrarem profundamente nos alvéolos onde são removidas pelos vasos linfáticos para o folheto visceral da pleura. Estas fibras podem passar para o espaço

interpleural onde são novamente absorvidas por vasos linfáticos e conduzidas para o folheto parietal. Embora estas doenças pleurais sejam usualmente benignas, indivíduos com espessamento pleural extenso ou placas pleurais podem ter seriamente comprometida a função respiratória, necessitando muitas vezes de proceder à remoção cirúrgica desse tecido fibroso. A espessura das placas pleurais e a área coberta são variáveis, verificando-se um aumento da espessura com o tempo e tendência para calcificar mais de trinta anos após a exposição inicial aos asbestos. À periferia do pulmão podem igualmente surgir áreas de fibrose que são muitas vezes confundidas com tumores (pseudotumores). Em casos raros, pode acontecer que a inflamação associada a esta doença se estenda até ao pericárdio.

O câncer de pulmão ocorre aos trabalhadores expostos ao amianto, seja na extração em minas ou em indústrias que manipulam esta fibra. O adenocarcinoma de pulmão é o tipo histológico mais freqüente de câncer desenvolvido por trabalhadores expostos ao amianto (INCA)³. O fumo potencializa o efeito do asbesto como promotor de câncer de pulmão. O risco de câncer nesta população é 50 vezes superior se, além de exposto ao asbesto, o indivíduo for fumante (DOLL, 1955).

A contagem e a identificação dos tipos de fibras encontradas no pulmão podem contribuir de maneira importante para o estabelecimento do vínculo causal. Contudo, a avaliação clínica, o diagnóstico e o tratamento do câncer pulmonar ocupacional são realizados da maneira tradicional, considerando-se apenas que o risco de ocorrência de neoplasias malignas no grupo de indivíduos expostos ao amianto é muito maior, de tal maneira que, diante de anormalidades clínicas ou radiológicas, deve-se fazer uma exploração extensa e cuidadosa, muitas vezes com a utilização de métodos invasivos.

Outra doença causada pela exposição ao asbesto ou ao amianto é o mesotelioma. O mesotelioma é uma forma de tumor maligno de pleura, membrana que reveste o pulmão (mesotelioma pleural), existindo, também, o mesotelioma de peritônio, pericárdio e túnica vaginal, podendo estar relacionado com outro tipo de câncer como o da laringe, câncer do trato urinário e de ovário.

³ Disponível em <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em 21 abr. 2010.

O fato de algumas afecções serem eventualmente benignas não significa que há a ausência de morbidade ou dano. As manifestações são tardias e o período de latência estende-se por décadas. O sintoma mais importante é a dificuldade de respirar, primeiramente, quando se faz esforço e, depois, até quando a pessoa está em repouso, refletindo a gravidade do comprometimento pulmonar. Também pode haver tosse seca contínua (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

O potencial de fibrogenicidade desta poeira conduz a uma reação inflamatória que pode evoluir para fibrose do parênquima pulmonar e, conseqüentemente, insuficiência respiratória crônica (CASTRO, H.A. et al., 2005).

Com efeito, todas as doenças descritas como associadas à exposição ao amianto já são muito conhecidas no Brasil, algumas há mais de cinquenta anos. Outras, como os mesoteliomas malignos, antes aparentemente mais raros, mostram-se agora crescentemente incidentes, seja pela melhoria da qualidade dos diagnósticos, seja pelo cumprimento do período de latência (25 a 35 anos) habitualmente requerido por esses tumores, a partir do início da exposição (MENDES, 2007).

Portanto, a sintomatologia é de, após longa exposição à poeira de asbestos, ocorrência de uma insuficiência pulmonar progressiva, ainda que lenta. O diagnóstico é feito por imagem e por meio de anamnese profissional (NOGUEIRA et al., 1975).

É essencial o questionamento sistemático e aprofundado das exposições ocupacionais a poeiras dos pacientes, sob risco de negligenciarmos um aspecto vital do

tratamento e prognóstico de alguns casos. Isto só poderá ser feito legalmente nos casos com definição de nexo causal que, em geral, é dado pelos aspectos clínicos radiológicos juntamente com a história ocupacional de exposição (ALGRANTI, 2006).

A invisibilidade das doenças relacionadas ao amianto se agrava pelas próprias características das mesmas: costumam se manifestar distantes do local onde foram contraídas e, muitas vezes, muitos anos depois, dificultando o estabelecimento de nexos causais, as notificações e a visibilidade social das mesmas. A subnotificação é notória (LIPIETZ, 1997).

1.4. O tema amianto no âmbito da saúde pública

Tratando-se o uso do amianto de um problema da coletividade, o seu uso não afeta apenas a saúde dos trabalhadores diretamente expostos ao risco. É também fonte de poluição ambiental e, nessa medida, um problema efetivamente ligado à Saúde Pública. Segundo um documento denominado “O lado obscuro da história do asbesto” apresentado em um Simpósio Internacional sobre Amianto em Milão, Itália, em abril de 1993, “o amianto é um dos maiores problemas de Saúde Pública do século XX. Não há uso seguro”.

As formas de exposição ao ambiente podem ser assim definidas:

1.4.1. Exposição ocupacional:

- a exposição ocupacional é a principal forma de exposição e contaminação;
- ocorre, principalmente, através da inalação das fibras de amianto, que podem causar lesões nos pulmões e em outros órgãos;
- a via digestiva também deve ser considerada como fonte de contaminação.

1.4.2. Exposição ambiental:

- contato dos familiares com roupas e objetos dos trabalhadores contaminados pela fibra;
- residir nas proximidades de fábricas, minerações ou em áreas contaminadas (solo e ar) por amianto;
- freqüentar ambientes onde haja produtos de amianto degradados;
- presença do amianto livre na natureza ou em pontos de depósito ou descarte de produtos com amianto (INCA, 2010).

A saúde pública representa um grande campo de atuação, multidisciplinar por natureza e cujos limites expandem-se aos mesmos limites do conceito de saúde como bem-estar físico, psíquico e social, conforme recomendado pela OMS. Tais limites se ampliam e se redesenham a cada nova descoberta científica, a cada forma de se encarar a humanidade (AITH, 2007).

Assim, o tema da exposição do trabalhador ao risco do amianto está inextricavelmente ligado à saúde pública. A questão do amianto é facilmente atrelada ao campo da saúde pública, pois é um fenômeno sanitário coletivo que demanda e justifica a intervenção do Poder Público, visando a proteção da saúde coletiva.

1.5. Legislação sobre o uso do amianto no Brasil e no mundo

O tema do amianto, no âmbito da discussão jurídica, não pode deixar de ser referido sob o aspecto da legislação existente tanto no Brasil como no mundo.

1.5.1. No Brasil

Em 1991, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou a Portaria nº 1 relativamente ao amianto, que:

- proíbe o uso de amianto do tipo anfíbolio e de produtos que o contenham;

- proíbe a pulverização (spray) de qualquer amianto;
- proíbe o trabalho de menores de 18 anos nas áreas de produção;
- exige que as empresas elaborem normas de procedimento para situações de emergência e que só possam comprar a matéria-prima de empresas cadastradas no Ministério do Trabalho;
- determina que as fibras de amianto e seus produtos sejam rotulados e acompanhados de "instruções de uso", com informações sobre os riscos para a saúde, doenças relacionadas e medidas de proteção e controle;
- fixa o limite de tolerância para fibras respiráveis em 2 fibras/cm³;
- exige avaliação ambiental a cada seis meses e a divulgação dos resultados para conhecimento dos funcionários;
- estabelece o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI's), bem como roupa de trabalho que deve ser trocada duas vezes por semana e lavada sob responsabilidade da empresa;
- se instale vestiários duplos, separando roupas de trabalho das comuns de passeio;
- os trabalhadores expostos devam receber treinamento anual sobre os riscos e as medidas de proteção e controle;
- os trabalhadores devam ser submetidos a exames médicos, incluindo raio-x e espirometria, além da avaliação clínica, na admissão, periodicamente e pós-demissionais por até 30 anos, em periodicidade determinada pelo tempo de exposição: anual para os que se expuseram mais de 20 anos; a cada dois anos, entre 12 e 20 anos; a cada 3 anos, abaixo de 12 anos;
- que sejam monitorados os resíduos da fibra nos ambientes e destinados sem colocar em risco à saúde dos trabalhadores e da população em geral.

No que diz respeito à legislação brasileira sobre segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador, especialmente incluindo-se as matérias ligadas ao amianto, direta ou indiretamente, de âmbito coletivo e difuso, além desta importante portaria, tem-se a seguinte síntese didática, a fim de que se possa sistematizar o tema sob o ponto de vista normativo, tanto do ponto de vista material como processual (SALIBA et al., 2009):

1) Constituição Federal de 1988.

- 2) Consolidação das Leis do Trabalho.
- 3) N.R.-15 – Atividades e Operações Insalubres (Portaria nº 3.214/78 - NR15 - Anexo 12).
- 4) Lei nº 8.212/1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.
- 5) Lei nº 8.213/1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (dispositivos relativos à segurança e saúde do trabalhador).
- 6) Decreto nº 3.048/1999 – Atualmente este decreto regulamenta o custeio e os benefícios da Previdência Social instituídos pelas Leis nºs 8.212/1991 e 8.213/1991.
- 7) Decreto nº 97.458/1989 – Regulamenta a concessão dos adicionais de periculosidade e de insalubridade.
- 8) Novo Código Civil – Lei nº 10.406/2002 (responsabilidade civil dos acidentes do trabalho).
- 9) Código Penal – Decreto-lei nº 2.848/1940 (responsabilidade penal por acidentes do trabalho).
- 10) Portaria nº 3.311/1989 – Estabelece os princípios norteadores do programa de desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências.
- 11) Portaria nº 6/2001 – Dispõe sobre locais e serviços perigosos e insalubres para menores de 18 anos.
- 12) Instrução Normativa nº 1/1994 – Dispõe sobre a Regulamentação Técnica sobre o uso de Equipamentos de Proteção Respiratória.
- 13) Convenção nº 139 da OIT – Prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos.
- 14) Convenção nº 155 da OIT – Segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente do trabalho.
- 15) Convenção nº 162 da OIT – Utilização do asbesto com segurança (conjunto de regulamentações para o uso do amianto nas áreas de mineração, nas indústrias de processamento e transformação do minério).

- 16) Recomendação nº 172 da OIT sobre asbesto.
- 17) Lei Federal nº 9.055/1995 – Permissão para exploração do amianto branco ou crisotila, respeitados os limites de tolerância para a exposição do trabalhador, sendo que os demais tipos de amianto não são permitidos para uso. Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais ou artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.
- 18) Decreto n. 2.350/97 – Regulamenta a Lei nº 9.055/95.
- 19) Resolução nº 7 do CONAMA - Regulamenta a rotulagem do asbesto e produtos que o contêm.
- 20) Lei nº 9.976/2000 - Dispõe sobre a produção de cloro e outras providências acerca do sistema gerencial de controle do amianto, nas indústrias que utilizem essa tecnologia, com obrigatoriedade de: utilização de amianto somente do tipo crisotila; ambiente fechado com filtração de ar para o manuseio do amianto seco; locais controlados nas operações de preparação e remoção de diafragmas de amianto; segregação de resíduos do amianto, tratamentos e destinações adequadas, com registro interno de todas as etapas; vestiários adequados para o acesso às áreas do amianto por pessoas designadas; vigilância da saúde na prevenção de exposição ocupacional ao amianto com procedimentos bem definidos de toda ação de controle; disponibilidade de equipamento de proteção individual e uniformes específicos para operações nesta área.
- 21) Portaria nº 8/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego, que criou a Comissão Interministerial para elaboração de uma política nacional relativa ao amianto/asbesto.
- 22) Portaria nº 253/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego, que designou os representantes da Comissão Interministerial sobre o Amianto/Asbesto.
- 23) Resolução nº 348 do CONAMA - Regulamenta o resíduo da construção civil considerado perigoso.

- 24) Leis federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90 - Regulamentam o funcionamento do Sistema Único de Saúde.
- 25) Lei nº 9.656/1998 - trata da saúde suplementar (sistema privado de saúde).
- 26) Lei nº 9.782/1990 - cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 27) Lei nº 9.961/2000 - cria a Agência Nacional de Saúde (ANS).
- 28) Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente.
- 29) Lei nº 7.347/1985 - Ação Civil Pública

Vários municípios e estados brasileiros já possuem legislação restritiva ao uso do amianto e em quatro deles já há uma proibição formal de sua exploração, utilização e comercialização. Atualmente, no que diz respeito à legislação estadual, o amianto é proibido no Rio de Janeiro (Lei nº 3.579/2001, Lei nº 4.341/2004 e Decreto nº 40.647/2007), no Rio Grande do Sul (Lei nº 11.643/2001), em Pernambuco (Lei nº 12.589/2004) e, mais recentemente, em São Paulo. A Lei paulista nº 12.684/2007 foi declarada constitucional pelo STF em 04/06/2008. Sob o ponto de vista da legislação municipal, os seguintes municípios já proibiram o amianto: Amparo-SP, Barretos-SP, Bauru-SP, Campinas-SP, Guarulhos-SP, Jundiaí-SP, Natal-RN, Mogi Mirim-SP, Osasco-SP, Ribeirão Preto-SP, Rio de Janeiro-RJ, Santa Bárbara d'Oeste-SP, Recife-PE, São Caetano do Sul-SP e Taboão da Serra-SP (ABREA, 2008).

No âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência Social, as principais doenças relacionadas ao trabalho com amianto estão listadas, respectivamente, na Portaria No. 1.339/GM, de 18/11/1999 e no Decreto no. 3.048, de 6/5/1999 (atualizado pelo Decreto No. 6.957, de 9/9/2009): neoplasia maligna do estômago (CID C16); neoplasia maligna da laringe (C32); neoplasia maligna dos brônquios e do pulmão (C34); mesotelioma de pleura (C45.0); mesotelioma do peritônio (C45.1); mesotelioma do pericárdio (C45.2); placas epicárdicas ou pericárdicas (I34.8); asbestose (J60) e placas pleurais (J92).

Estes decretos e portarias, que regulamentam dispositivos legais da Saúde (Lei 8.080/90) e da Previdência (Lei 8.213/91), aplicam-se ao campo da Saúde dos Trabalhadores, quer orientando os procedimentos de estabelecimento de nexo causal (trabalho x doença), quer disciplinando as obrigações dos empregadores e de quem faz o diagnóstico a notificar as autoridades públicas, quer favorecendo os trabalhadores segurados pelo INSS ao exercício dos direitos previdenciários, como a proteção social enquanto houver incapacidade laborativa, estabilidade de um ano após afastamentos do trabalho superiores há 15 dias, entre outros direitos, quer favorecendo outros mecanismos compensatórios na esfera da responsabilidade civil e criminal.

Por outro lado, tanto as pneumoconioses (nelas incluída a asbestose), como o câncer relacionado ao trabalho (nele incluído o mesotelioma e o câncer de pulmão, entre outros), constam da Portaria do Ministério da Saúde GM/MS 777, de 28/4/2004, que obriga e regulamenta os procedimentos de notificação obrigatória dos agravos à saúde relacionados ao trabalho ao SINAN – Sistema de Informações de Agravos de Notificação. O SINAN tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal. É fundamental que os profissionais de saúde que atendem trabalhadores conheçam estes deveres e cumpram suas obrigações, inclusive as previstas na Resolução nº 1.488, do Conselho Federal de Medicina, aplicável a todos os médicos em exercício.

Nos termos da N.R. 15 – Anexo 12, as empresas públicas ou privadas que produzem, utilizam ou comercializam fibras de asbesto e as responsáveis pela remoção de sistemas que contêm ou podem liberar fibras de asbesto para o ambiente deverão ter seus estabelecimentos cadastrados junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social/ Instituto Nacional de Seguridade Social, através de seu setor competente em matéria de Segurança e Saúde do trabalhador. O fornecedor de asbesto só poderá entregar a matéria-prima a empresas cadastradas. Dados atualizados⁽⁴⁾ indicam que existem 53 empresas utilizadoras de amianto no Brasil, abrangendo os seguintes Estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande

do Sul, Goiás, Bahia e Alagoas. Em anexo à presente dissertação, segue um modelo do cadastro dos utilizadores do asbesto.

(4) Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 25 jan. 2010.

O Brasil, ao ratificar algumas Convenções da OIT, como por exemplo, no que pertine especialmente à matéria do amianto, as Convenções nº 139, 155 e 162 e a Recomendação nº 172, assumiu importantes compromissos, como o de elaborar, pôr em prática e reexaminar periodicamente uma política coerente de meio ambiente do trabalho, em especial para o trabalhador exposto ao asbesto. A ratificação da Convenção nº 187 da OIT, em tramitação, como marco promocional para segurança e saúde no trabalho, dará importante impulso para consolidar o pensamento contemporâneo a respeito da segurança e saúde do trabalhador (OLIVEIRA, 2010).

1.5.1. No mundo

As Convenções Internacionais da OIT a respeito da saúde do trabalhador, assim como impulsionaram a legislação brasileira, aceleraram o progresso da legislação estrangeira. O fenômeno da globalização econômica repercutiu no plano jurídico trabalhista, sendo que a proteção da saúde dos trabalhadores vem se ampliando nos países industrializados, abrindo caminhos para adesões dos países emergentes, tanto pela legislação interna, quanto pela ratificação das convenções adotadas pela OIT ou adesões a outras Convenções e Tratados internacionais (OLIVEIRA, 2010). Este autor destacou o documento da União Européia que estabelece a “Estratégia comunitária para a saúde e segurança no trabalho 2007-2012”, dispondo que, numa economia cada vez mais globalizada, é do interesse da União Européia elevar as normas laborais em todo o mundo, através de uma ação multilateral em cooperação com as entidades internacionais competentes e ação bilateral no âmbito das suas relações com países terceiros.

O uso do amianto é proibido em diversos países, dentre eles: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Chile, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Gabão, Grécia, Holanda, Honduras, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Kuwait, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Seychelles, Suécia, Suíça e Uruguai. Dados obtidos em folheto da Associação Internacional da Seguridade Social (AISS), atualizado até maio de 2006 e traduzido pela FUNDACENTRO.

Embora vários países em desenvolvimento ainda permitam o uso e adotem limites de tolerância para o amianto, o Critério de Saúde Ambiental 203 do Programa de Segurança Química da Organização Mundial de Saúde de 1998 concluiu que: “nenhum limite de tolerância foi identificado para os agentes carcinogênicos”; “onde materiais substitutos para *crisotila* estiverem disponíveis, eles devem ser considerados para uso” e “a exposição ao amianto *crisotila* aumenta os riscos de asbestose, câncer de pulmão e mesotelioma em função da dose”.

Em decorrência das crescentes restrições aos usos do amianto em razão de sua elevada nocividade para a saúde humana, buscam-se no mundo inteiro, produtos alternativos, naturais ou sintéticos, que substituam os seus usos e que, ao mesmo tempo, não acarretem riscos tão elevados à saúde humana. A lista de substitutos do amianto é muito grande e alguns destes produtos atendem plenamente as especificações tecnológicas e, de modo satisfatório, as especificações de proteção da saúde humana, enquanto outros estão sendo desenvolvidos e avaliados em seus riscos (GIBBS, 1994).

Com as restrições ao asbesto nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, o mercado internacional de venda de fibras de amianto *crisotila* e de produtos de fibrocimento vem crescentemente se dirigindo aos países que ainda não introduziram as restrições ao asbesto, isto é, os grandes países asiáticos que não mineram em seu território, como a Índia, Taiwan e Coréia, países do sudeste asiático como Tailândia e Malásia, países latino-americanos principalmente México e países centro-americanos, bem como países africanos como Nigéria e Angola (LEMEN & BINGHAM, 1994).

Nos Estados Unidos, as medidas para assegurar a redução da exposição e, depois, a proibição progressiva do asbesto, têm tido longa trajetória, tanto por meio da agência governamental federal que trata das questões de saúde e segurança do trabalho (Administração de Saúde e Segurança Ocupacional - OSHA), como pela agência governamental federal que trata das questões de proteção ambiental (Agência de Proteção Ambiental - EPA). Assim, em 1989, com base na Lei de Controle de Substâncias Tóxicas, a EPA estabeleceu proibição total, em etapas sucessivas, da produção, importação, processamento e comercialização de quase todos os produtos contendo asbesto, o que significaria uma redução de 94% do consumo de asbesto nos Estados Unidos, segundo a própria estimativa da EPA. O banimento do asbesto foi vinculado ao que a EPA chamou de “risco injustificado para a saúde humana e para o meio ambiente” (U.S. Department of Labor, 1986:22780).

Dois casos, dentre outros, de trabalhadores com mesotelioma julgados pelo Poder Judiciário dos Estados Unidos, um no Estado da Califórnia⁽⁵⁾ em 2005 e outro no Estado da Virgínia⁽⁶⁾ em 2006 mostraram que as empresas foram condenadas em altas indenizações.

Ações coletivas ou ações de grupos conhecidas como “*class action*”, ao lado das reclamações individuais, estas em ascensão, são contabilizadas em número bastante elevado. Reclamações ligadas ao amianto chegaram ao número de 24.000 por ano, de 1989 a 1993 nos Estados Unidos (CASTLEMAN, 2005).

Embora tenham sido criadas leis sobre o amianto nos Estados Unidos, a fim de procurar sanar os problemas da exposição ao asbesto, o que se verifica é um aumento das reclamações ou ações judiciais, não obstante tenha diminuído drasticamente a exposição do trabalhador ao risco do amianto. Estima-se que de 500.000 a 2.400.000 reclamações sobre a matéria podem ser distribuídas no futuro. O Poder Judiciário americano tem mostrado repetidamente que os reclamantes não têm recebido suas compensações em tempo (O’MALLEY, 2008).

(5) Cadlo, Anthony v. John Crane Incorporated; Metalclad Insulation Corp. – Case nº 412325

(6) Jones, Garland F. Jr v. John Crane Inc.; Garlock Sealing Technologies – Case nº CL0539028T-01

No judiciário americano, para cada ação resolvida, há de dois a três novos casos a serem distribuídos. Contudo, os julgamentos confrontam casos em que os mesmos fatos resultam em diferentes sentenças, de nenhuma reparação a compensações milionárias. A “loteria do asbesto” tem atraído um número crescente de trabalhadores não adoecidos tentando a sorte. Mais de 60% das novas ações judiciais são de pessoas não debilitadas ou não prejudicadas pela exposição ao asbesto (BRICKMAN, 1992).

Na Suíça, a lei aprovada em 1989, atualmente em vigor, relaciona-se diretamente com a utilização, abastecimento, importação e remoção de amianto, contidas na Ordem sobre substâncias perigosas para o meio ambiente. Esta lei estipula a gradual eliminação dos vários tipos de amianto do mercado.

Na Itália, a lei promulgada em 1992 proíbe a mineração, importação, comercialização e produção do asbesto e de produtos feitos de ou contendo asbesto, incluindo rejeito. A lei também é dirigida para produzir padrões sobre a concentração de fibras no ar, em linha com a diretiva européia.

Alguns processos judiciais ligados à matéria dos trabalhadores expostos ao amianto em outros países indicam poucos resultados favoráveis para as vítimas do asbesto. Na Nova Zelândia, as doenças ligadas ao amianto começaram ter uma discussão pública no início dos anos noventa. No Japão, apenas 63 trabalhadores vitimados pelo asbesto foram compensados entre os anos de 1988 a 1991. Na França, de 400 a 600 pessoas por ano morreram vitimadas por mesotelioma nos anos oitenta, sendo que apenas de 20 a 40 casos por ano receberam alguma compensação. Na Itália, foi ainda pior, pois praticamente nenhum caso de mesotelioma foi compensado entre 1988 a 1995, existindo pelo menos 400 casos por ano. No Reino Unido, os certificados de morte têm freqüentemente mostrado uma

causa incorreta da morte, de modo que tem sido negada compensação a que teriam direito muitos parentes das vítimas (CASTLEMAN, 2005).

Portanto, diversos fatores mesclam-se para mascarar um número considerável de doença e morte causadas pelo amianto: há problemas no reconhecimento de doenças ocupacionais, tanto sob o ponto de vista médico e clínico, quanto do ponto de vista jurídico e legal, e uma confiabilidade dúbia nos registros e certificados de morte, o que contribui para o agravamento do problema.

Certamente, por ser uma ameaça oculta à saúde, trata-se de uma grave questão de Saúde Pública que deverá estender-se pelo século XXI.

JUSTIFICATIVA

2. JUSTIFICATIVA

Partindo-se da premissa de que a questão do amianto está inserida igualmente como um problema ambiental, um dos deveres do Poder Público é garantir um ambiente de trabalho saudável e, por consequência, a incolumidade física e psíquica do trabalhador. O princípio da prevenção constitui a espinha dorsal do direito que, neste estudo, tem a saúde humana como objeto finalístico. Contudo, entre o risco e a precaução existe um enorme buraco, que deve ser preenchido pela proteção coletiva.

As múltiplas dimensões das políticas de saúde e segurança no trabalho podem ser identificadas nas decisões ou omissões de governantes, legisladores, empregadores e trabalhadores (FALEIROS, 1992).

A complexidade das questões de saúde e segurança dos trabalhadores requer uma abordagem interdisciplinar e multiprofissional. Várias áreas do conhecimento, entre elas a medicina, toxicologia, engenharia, higiene, ergonomia, sociologia, antropologia, ciências políticas, informática, administração, economia e direito têm contribuído com as suas teorias, instrumentos e metodologias, para mudar o olhar, melhorar a compreensão e ampliar a intervenção sobre os problemas (DIAS et al., 1995).

O conhecimento dos problemas de saúde ocupacional causados pelo asbesto ou amianto no Brasil advém da detecção de casos de doenças, em especial da asbestose, enquanto doença profissional, específica e clássica, e do mesotelioma maligno de pleura, na

qualidade de doença epidemiologicamente relacionada com o trabalho (COSTA et al., 1983).

Dados estatísticos acerca da morbidade e mortalidade por acidente do trabalho e doenças profissionais a estes equiparados, em especial a exposição ocupacional ao amianto, objeto do presente estudo, refletem diretamente no aumento dos custos da Seguridade Social, muitas vezes evitáveis, causando significativo impacto econômico ao Poder Público (MELO, 2006).

Os dados estatísticos gerais do ano de 2006 relativamente aos acidentes do trabalho como um todo no Brasil, obtidos no Ministério da Previdência Social⁽⁷⁾, apontam para os seguintes indicadores: foram registrados no I.N.S.S. cerca de 503,9 mil acidentes do trabalho entre os trabalhadores assegurados da Previdência Social. Este número, que já é alarmante, não inclui os trabalhadores autônomos (contribuintes individuais) e as empregadas domésticas.

Os dados estatísticos específicos sobre as doenças provocadas pela exposição ao amianto, inegavelmente, sugerem um compromisso com os interesses da indústria amiantífera e, justamente por isso, são dispersos e raros. Não há transparência das informações.

De acordo com o censo do I.B.G.E., em 1998, havia no setor industrial a estimativa de 8,5 milhões de trabalhadores na indústria de transformação, sendo 43% destes trabalhadores potencialmente expostos a poeiras causadoras de pneumoconioses (CASTRO, H.A. et al., 2005).

Segundo o Doutor Algranti, estimou-se que, na década de noventa, 6.600.000 trabalhadores estavam potencialmente expostos à sílica (ALGRANTI, 2001). Para o amianto, não existem estimativas publicadas quanto à exposição, mas admite-se a existência de 240.000 trabalhadores expostos calculados entre os de exposição direta e indireta (CASTRO, H.A. et al., 2003).

(7) Disponível em <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em 10 dez. 2009.

A incidência deve ser elevada entre os expostos, mas não há informações epidemiológicas referentes a séries históricas sobre as internações hospitalares nas diversas regiões do país. O conhecimento sobre as pneumoconioses mostra que alguns passos são necessários para as ações de controle e prevenção no ambiente de trabalho, visando à identificação precoce dos efeitos da exposição (CASTRO, H.A. et al., 2005).

São Paulo concentra o maior número de indústrias consideradas de risco para as pneumoconioses, reconhecido pelo seu desenvolvimento industrial e apresentando em seu território indústria automobilística, indústria da cerâmica, têxteis, entre outras. Há um estudo em que foram identificados mais de uma centena de casos de asbestose na região de Osasco (GIANNASI, 1997).

A avaliação de risco realizada pela OSHA-*Occupational and Safety Health Administration*, nos Estados Unidos, como parte do processo de revisão dos Limites Permitidos de Exposição, ocorrida em 1986 e em 1994, mostrou que a exposição a duas fibras/cm³, limite adotado no Brasil, estava associada a um excesso de 64 mortes por 1.000 trabalhadores expostos ao asbesto, ao longo de sua vida profissional. Mesmo o limite de 0,1 fibras/cm³, adotado nos Estados Unidos e o mais rigoroso entre os países que ainda permitem o uso do amianto, permaneceria um excesso de 3,4 mortes por 1.000 trabalhadores (MENDES, 2001).

Se considerarmos exclusivamente o pagamento, pelo I.N.S.S., dos benefícios devido a acidentes e doenças do trabalho em geral somado ao pagamento das aposentadorias especiais decorrentes das condições ambientais do trabalho encontraremos um valor superior a R\$ 10,5 bilhões por ano. Se adicionarmos despesas como o custo

operacional do INSS mais as despesas na área da saúde e afins o custo-Brasil atinge valor superior a R\$ 39 bilhões⁽⁸⁾.

(8) Disponível em <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em 10 dez. 2009.

A dimensão dessas cifras apresenta a premência na adoção de Políticas Públicas voltadas à prevenção e proteção contra os riscos relativos às atividades laborais. Muito além dos valores pagos, o número de casos e a gravidade geralmente apresentada como consequência dos acidentes do trabalho e doenças profissionais ratificam a necessidade emergencial de implementação de ações para alterar esse cenário.

Todas essas informações e números acima apresentados foram extraídos do Sistema Único de Benefícios – SUB e do Sistema de Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, sendo processadas e armazenadas essas informações da CAT nas Agências da Previdência Social ou na Internet.

As medidas requeridas para enfrentar e modificar favoravelmente a situação epidemiológica das pneumoconioses são específicas e devem destinar-se a populações também específicas, nem sempre de fácil identificação e controle. No campo assistencial, a atenção às pneumoconioses implicam medidas de fortalecimento na área de atenção pneumológica, tanto no diagnóstico quanto no acompanhamento e reabilitação de doentes, bem como no acompanhamento dos trabalhadores expostos, ainda sem a doença. Portanto, os trabalhadores expostos às poeiras minerais necessitam de acompanhamento, através do Sistema Único de Saúde (SUS), para detectar e avaliar as doenças decorrentes da exposição direta (CASTRO, H.A. et al., 2005).

As informações construídas sobre a mortalidade, internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais e estudos de incidência e prevalência das pneumoconioses no Brasil podem propiciar as bases para o planejamento e o desenvolvimento de ações de vigilância ambiental e em saúde do trabalhador (CASTRO, H.A. et al., 2005).

O presente estudo chamou a minha atenção primeiro pela sua atualidade, onde houve recente discussão perante o órgão máximo do Poder Judiciário, que é o Supremo Tribunal Federal (STF), ao discutir a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da Lei paulista nº 12.684/2007 sobre a proibição do uso do amianto no Estado de São Paulo; segundo pela sua gravidade e, ao mesmo tempo, possível omissão do Estado. Os riscos por exposição ao amianto não são aceitáveis nem em nações desenvolvidas, nem naquelas de industrialização recente. Uma proibição mundial imediata da produção e uso do amianto é há muito esperada, completamente justificada e absolutamente necessária. O tema prevenção e proteção contra os riscos derivados dos ambientes de trabalho e aspectos relacionados à saúde do trabalhador, felizmente, ganha a cada dia maior visibilidade no cenário mundial.

Muito, ainda, há para pesquisar sobre etiologias de origem ocupacional, em especial a respeito da exposição de trabalhadores ao amianto. Contudo, o asbesto já é cientificamente reconhecido como substância cancerígena para os humanos, causando diversas doenças profissionais.

Em países desenvolvidos, a contribuição do asbesto na mortalidade por câncer de pulmão e pleura é evidente, e mesmo com o banimento ocorrido entre as décadas de oitenta e o início deste século, a projeção de casos de câncer é ascendente até 2020. Em países em desenvolvimento, onde o uso extensivo da fibra foi um pouco mais tardio, calcula-se que estamos no início de um crescimento destes tumores (notadamente do mesotelioma) causados pela exposição ocupacional e ambiental ao asbesto⁽⁹⁾.

Nessa medida, o presente estudo acompanhou do ponto de vista jurídico as diversas situações de risco para os trabalhadores nessa atividade econômica.

A partir da Constituição Federal de 1988, passaram-se mais de 21 anos, sendo que este interregno de tempo não representa a vitória de uma Constituição específica, concreta, mas de uma idéia, de uma atitude diante da vida. O constitucionalismo democrático, que se consolidou entre nós, traduz não apenas um modo de ver o Estado e o

Direito, mas de desejar o mundo, em busca de um tempo de justiça, fraternidade e delicadeza.

(9) ALGRANTI, E. Relatório de Viagem ao Exterior. FUNDACENTRO. *Reunião sobre a contribuição do asbesto na mortalidade por câncer IARC/OMS*, Lyon, 2007.

Com as dificuldades inerentes aos processos históricos complexos e dialéticos, temos nos libertado, paulatinamente, de um passado autoritário, excludente e de horizonte estreito. Vivem-se as contradições inevitáveis da procura do equilíbrio entre o mercado e a política, entre o privado e o público, entre os interesses individuais e o bem coletivo. Nos duzentos anos que separam a chegada da família real e a Constituição Federal de 1988, passou-se uma eternidade, tendo ocorrido um verdadeiro rito de passagem para a maturidade institucional brasileira (BARROSO, 2008).

O estudo de acórdãos judiciais a respeito da exposição de trabalhadores ao amianto como causa de doença do trabalho pode ser revelador da eficácia ou não das Políticas Públicas nesse sentido, adotadas pelo Estado, bem como pode indicar, por meio da análise dos resultados dos julgados, as tendências de efetivo ganho ou não por parte dos trabalhadores em suas demandas judiciais envolvendo sua saúde no ambiente de trabalho.

Acórdãos judiciais são decisões de segunda e terceira instâncias, ou seja, são julgados oriundos dos Tribunais, onde já houve um julgamento anterior e a parte que foi vencida na primeira instância, ainda que parcialmente, optou por obter nova decisão em grau superior. Ao escolher a análise dos acórdãos judiciais, já está incluída a observação da norma, bem como uma decisão definitiva acerca da matéria, o que torna o trabalho mais rico do que o estudo apenas da norma jurídica específica ou mesmo apenas uma sentença de primeiro grau passível de mudança. Os acórdãos judiciais refletem o posicionamento definitivo do Poder Judiciário e aí reside a escolha e importância do tema partindo-se da análise dos acórdãos judiciais. Ou seja, pretende-se verificar o olhar do Poder Judiciário acerca da matéria relacionada à exposição do trabalhador ao risco do amianto.

O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região, o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região e o TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo) são tribunais de segunda instância. O TST (Tribunal Superior do Trabalho), o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o STF (Supremo Tribunal Federal) são tribunais de terceira e última instância, todos com competência recursal. Cabe recurso ordinário perante o TRT da 2ª Região e o TRT da 15ª Região; apelação perante o TJSP; recurso de revista perante o TST; recurso especial perante o STJ e recurso extraordinário perante o STF. As decisões são pronunciadas por meio de acórdãos judiciais dos respectivos tribunais.

Estes são os recursos interpostos pela parte interessada em ver um novo julgamento do processo por uma instância superior, por ter sido sucumbente ainda que parcialmente, e que foram objeto de análise e interpretação de dados, acrescentando-se a possibilidade de oposição de Embargos de Declaração em todas estas peças processuais, quando o julgamento encontra-se omissso, contraditório ou obscuro em alguma parte do acórdão, nos termos do ar. 535, do Código de Processo Civil e os mesmos, acolhidos, indicaram alguma modificação ao julgado. Existem outros recursos em cada Tribunal, relacionados no Anexo 2, que não foram considerados por terem sido alheios ao objeto da ação ligado diretamente à matéria de saúde do trabalhador.

O TRT da 2ª Região engloba toda a cidade de São Paulo, cidades da grande São Paulo, como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, cidades do litoral sul. O TRT da 15ª Região engloba todas as cidades do interior paulista, bem como todas as cidades do litoral norte. Assim, somando-se estes dois tribunais, temos que estão cobertas todas as cidades do Estado de São Paulo.

O Direito tem na jurisprudência, que é o compilamento dessas decisões judiciais, uma fonte do próprio Direito. Isto quer dizer que o Direito se faz com a manifestação da tutela jurisdicional do Estado por meio das decisões dos juízes. O pressuposto de análise mais importante é que os acórdãos judiciais expressam a verdade e, nessa medida, os operadores do Direito pretendem ver realizada a Justiça.

OBJETIVOS

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Avaliar as decisões judiciais a respeito da exposição dos trabalhadores ao risco do amianto como causa de acidente do trabalho, doença profissional ou morte a partir da análise de acórdãos judiciais de 1999 até 2009.

3.2. Objetivos específicos

- 3.2.1. Realizar levantamento dos tribunais de origem dos casos nas ações propostas.
- 3.2.2. Analisar a pertinência direta do objeto da ação proposta com a matéria ligada à saúde do trabalhador.
- 3.2.3. Analisar a exposição do trabalhador ao risco do amianto referido no acórdão e sua comprovação no processo.
- 3.2.4. Enumerar os casos de ocorrência de morte dos trabalhadores até o julgamento do processo.
- 3.2.5. Analisar as solicitações dos trabalhadores expostos ao risco do amianto: indenização por dano moral e/ou material em decorrência de acidente do trabalho, doença profissional ou morte, adicional de insalubridade e outras verbas contratuais.
- 3.2.6. Realizar levantamento dos resultados favoráveis e desfavoráveis relativamente à matéria pleiteada.

3.2.7. Levantar os dados sobre tipo de empresa participante da demanda judicial: produtora de matéria-prima ou indústria e comércio em geral.

MÉTODOS

4. MÉTODOS

4.1. Delimitação do universo temporal e geográfico

Foi realizada pesquisa em acórdãos judiciais publicados no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região, no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região e TST (Tribunal Superior do Trabalho), que são tribunais pertencentes à Justiça do Trabalho, bem como no TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo), STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal), pertencentes à Justiça Comum, a partir do ano de 1999 até 2009. Os acórdãos foram pesquisados por meio da “internet” nos “sites” dos Tribunais em referência, que disponibilizam a busca “on line”.

Ao escolher a análise dos acórdãos judiciais, incluiu-se a observação da norma, bem como uma decisão definitiva acerca da matéria, em Segundo ou Terceiro Grau de Jurisdição, ou seja, últimas instâncias do Poder Judiciário, o que tornou o trabalho mais rico do que o estudo apenas da norma jurídica específica ou mesmo apenas uma sentença de Primeiro Grau de Jurisdição passível de mudança pelas instâncias superiores.

Ao assegurar a possibilidade de recurso de uma primeira decisão, nos seus aspectos de direito e de fato, o trabalho dos Juízes dos Tribunais propicia maiores oportunidades para que a solução da causa seja a mais correta, equânime, imparcial e de acordo com a ordem constitucional e infraconstitucional vigente no País.

Os acórdãos judiciais pesquisados foram de casos concretos envolvendo trabalhador com a doença relacionada à exposição ao amianto e a empresa em que ele trabalhou, bem como acórdãos que envolveram a luta coletiva da questão por seus legitimados ativos. Em apenas dois casos julgados no TST, terceira instância trabalhista, considerando-se a totalidade dos acórdãos interpretados, houve a participação do Sindicato dos trabalhadores como substituto processual, ou seja, representando a respectiva categoria de trabalhadores no âmbito coletivo.

4.2. Seleção de técnicas e coleta de dados

A pesquisa foi feita a partir do ano de 1999, ano em que se iniciou a publicação ou o registro dos respectivos acórdãos por meio da “*internet*”. Como já mencionado, foram analisados os acórdãos judiciais publicados no banco de dados do TRT da 2ª Região, do TRT da 15ª Região e do TST, bem como no banco de dados do TJSP, do STJ e do STF.

Inicialmente, pretendia-se a análise dos acórdãos a partir da Constituição Federal de 1988 até 2008. No curso do trabalho, o período foi alterado para o interregno de 1999 até 2009 em face de a disponibilização dos dados pela “*internet*” somente ser possível a partir de então, conforme já supra mencionado. O número inicial dos acórdãos com os descritores: amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose mostrou-se elevado, sendo que o início da pesquisa totalizou o número de 1.220 acórdãos e, nessa medida, optou-se pela dispensa da busca de acórdãos nas Revistas Jurídicas da LTr e RT (Revista dos Tribunais), mormente pelo fato de estas revistas indicarem os mesmos acórdãos publicados por via eletrônica. Aumentou-se em um ano, ou seja, de 2008 para 2009, o interregno de tempo da coleta de dados em face da possibilidade real de maior atualidade dos dados e o cronograma do estudo ainda permitir a referida extensão.

Igualmente, houve um acréscimo de Tribunais pesquisados, o que trouxe a possibilidade de interpretação de dados em todos os Tribunais da Justiça do Trabalho e da Justiça Comum, partindo-se do enfoque do Poder Judiciário paulista.

Tratou-se de uma análise qualitativa. Inicialmente, não havia nenhum indício relativamente ao número mínimo e máximo de acórdãos. Sabia-se que haveria de existir um número mínimo para ser possível a análise e a interpretação dos dados.

A pesquisa deu-se nestes Tribunais em face das seguintes razões: até o ano de 2004, a competência para julgar os casos relativos aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais era da Justiça Comum, no caso do Estado de São Paulo, era do Tribunal de Justiça de São Paulo, cujos órgãos revisores são o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. A partir de 2004, a Emenda Constitucional nº 45 alterou a competência para a Justiça do Trabalho, outorgando a esta Justiça Especializada a competência para julgamento de ações dessa natureza. Por isso, incluiu-se na pesquisa o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e o Tribunal Superior do Trabalho, órgãos recursais da Justiça do Trabalho. Os acórdãos foram pesquisados por meio da “*internet*” nos “*sites*” dos Tribunais em referência, que disponibilizam a busca “*on line*”.

Os acórdãos analisados e interpretados relativos ao interregno de tempo dos anos de 1999 a 2009 tiveram como base de observação o ano da publicação ou do registro das decisões, muitas vezes coincidentes com o ano de julgamento do processo, mas não obrigatoriamente. Optou-se por esta metodologia em face exclusivamente de um critério único a ser adotado, bem como pelo fato de o ano de julgamento, algumas vezes, ter sido omitido na primeira etapa do trabalho, o que ensejaria a pesquisa particularizada do acórdão nesse sentido ainda em fase preambular do trabalho, sem necessidade, pois, na maioria das vezes, a diferença entre a data da publicação e a data do julgamento enseja uma distância de alguns dias somente. A contagem do número inicial dos acórdãos analisados deu-se pela inclusão de todos os acórdãos publicados ou registrados nos endereços eletrônicos dos Tribunais referidos de 01/01/1999 a 31/12/2009, utilizando-se os seguintes descritores: amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose.

A escolha dos descritores amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose foi feita observando-se as seguintes questões: **amianto** (latim) é o nome da substância propriamente

dita capaz de causar as doenças para o trabalhador exposto ao seu risco; **asbesto** (grego) é um sinônimo da substância amianto, expressão também utilizada no ambiente de trabalho; **asbestose** é uma doença causada pela alta concentração de fibras de asbesto nos alvéolos pulmonares; **mesotelioma** é uma forma de tumor maligno de pleura, membrana que reveste o pulmão. O câncer de pulmão também poderia ter sido um descritor importante a ser considerado. Contudo, optou-se por descartá-lo pelas seguintes razões: em primeiro lugar porque todos os acórdãos em que o trabalhador estaria com diagnóstico de câncer de pulmão necessariamente deveriam conter em seu conteúdo a expressão amianto ou asbesto, uma vez comprovada a exposição à substância em questão; outra importante razão é no sentido de que a maioria dos diagnósticos de câncer de pulmão não estão relacionados unicamente com a exposição ao amianto, como, por exemplo, o caso do tabagismo, o que, certamente, aumentaria excessivamente o número de acórdãos a serem investigados e que poderia tornar inviável a pesquisa. Estar-se-ia diante de uma variável de confusão entre a exposição ao asbesto e o declínio funcional pulmonar do trabalhador, não sendo objeto de verificação neste estudo.

Apenas para elucidar, o banco de dados dos Tribunais disponibiliza a busca de acórdãos por via eletrônica, mas o descritor escolhido, ao ser digitado para a pesquisa por este meio, ainda que meramente citado em qualquer situação fática, é indicado como um caso real e único, sendo que o processo com a respectiva decisão declarada no acórdão é tido como uma ação judicial passível de análise e interpretação.

4.3. Instrumentos de coleta, observação e avaliação

A observação e avaliação dos dados foram feitas por meio da “*internet*”, nos “*sites*” do TRT da 2ª Região - Tribunal Regional do Trabalho⁽¹⁰⁾, do TRT da 15ª Região - Tribunal Regional do Trabalho⁽¹¹⁾, do TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo⁽¹²⁾, do TST - Tribunal Superior do Trabalho⁽¹³⁾, do STJ - Superior Tribunal de Justiça⁽¹⁴⁾ e STF - Supremo Tribunal Federal⁽¹⁵⁾.

(10) Disponível em <<http://www.trtsp.jus.br>>. Acesso em 02 jan. 2010.

(11) Disponível em <<http://www.trt15.jus.br>>. Acesso em 02 jan. 2010.

(12) Disponível em <<http://www.tjsp.jus.br>>. Acesso em 02 jan. 2010.

(13) Disponível em <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 02 jan. 2010.

(14) Disponível em <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 02 jan. 2010.

(15) Disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 02 jan. 2010.

4.4. Forma de análise dos resultados

Em primeiro lugar, foram analisados os resumos publicados, conhecidos como “ementas” do acórdão para a verificação da pertinência do caso, ou seja, verificou-se se a doença apontada pelo trabalhador teve, efetivamente, nexos causal com a função por ele desempenhada na empresa, bem como se a exposição do trabalhador aos riscos do amianto, que causou a doença do trabalho diagnosticada, gerou uma incapacidade e uma indenização por consequência. Os acórdãos foram analisados de forma a serem verificados os seguintes dados e informações:

- 1) Qual o tribunal que originou o acórdão?
- 2) Qual o ano de publicação ou registro do acórdão?
- 3) O objeto da ação tem pertinência direta com a matéria ligada à saúde do trabalhador?
- 4) A exposição do trabalhador ao risco do amianto foi comprovada no processo?
- 5) Houve morte do trabalhador?
- 6) Quais os pedidos dos trabalhadores expostos ao risco do amianto?
- 7) O trabalhador obteve resultado positivo ou negativo relativamente à matéria pleiteada?
- 8) Que tipo de empresa participou da demanda judicial?

4.5. Limites do estudo

Partiu-se da idéia de que o trabalhador, ao ingressar na Justiça, não aceitou nenhum acordo extrajudicial. Contudo, não se pode desconsiderar a existência desses acordos extrajudiciais, isto é, acordos realizados pelas partes interessadas na composição amigável fora dos muros do Poder Judiciário, bem como a possibilidade de realização de acordos judiciais em primeira instância, devidamente homologados pelos juízes, ou seja, acordos realizados em primeiro grau de jurisdição e que não são passíveis de revisão posterior por outro Tribunal. Acordos extrajudiciais e acordos judiciais realizados em Primeira Instância não foram objetos de análise e interpretação de dados no presente trabalho.

Optou-se por não ser objeto de avaliação os acórdãos que se destacam pela análise da constitucionalidade ou inconstitucionalidade das leis que envolvam a matéria, tendo em vista esta observação não fazer parte dos objetivos da presente dissertação de mestrado.

Após a escolha dos descritores: amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose, o número inicial de acórdãos em todos os Tribunais analisados foi de **1.220** decisões judiciais, o que ensejou a necessidade de se adotar alguns critérios de exclusão.

Não foram objeto de avaliação os acórdãos que envolviam os descritores sob o enfoque criminal, por serem estranhos à matéria ligada à saúde do trabalhador. Desta primeira etapa de exclusão, chegou-se ao número de **1.179** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores.

Não foram objeto de avaliação os acórdãos que envolviam os descritores sob o enfoque processual, ou seja, os acórdãos que não atenderam a nenhum dos critérios de análise a partir da pergunta quatro do questionário, isto é, a partir da constatação de que não seria possível a observação acerca da viabilidade ou não de ser comprovada a exposição

pelo trabalhador ao risco do amianto, pelo fato de a matéria tratada na ação judicial em análise ser de índole processual, não sendo possível a interpretação dos dados onde não havia nexo de causalidade entre o trabalhador de um lado, empresa de outro lado, cercados pelo evento acidente do trabalho, doença profissional ou morte e o dano causado, podendo, a partir daí, ser gerada a possibilidade de indenização. Nesta medida, partindo-se do número de 1.179 acórdãos, chegou-se ao número de **524** acórdãos, considerando-se todos os Tribunais e todos os descritores.

A partir deste número de 524 acórdãos no total de todos os Tribunais, foram feitas as análises de todas as decisões judiciais, surgindo outro problema, qual seja o fato de os descritores estarem meramente referidos no texto do acórdão. Embora tenha havido nexo de causalidade entre o trabalhador de um lado, empresa de outro, evento acidente do trabalho, doença profissional ou morte e o dano causado, sendo gerada a possibilidade de indenização, não diziam respeito à exposição propriamente ao amianto, ou seja, a exposição ao amianto referida era uma mera descrição no texto, muitas vezes sendo citada por analogia na jurisprudência de outros Tribunais. Por fim, ao serem computadas todas as informações dos processos surgiu um derradeiro problema, o da repetição de acórdãos em face de todos os descritores, ou seja, havia sido selecionado, dentre este número, um mesmo acórdão para diferentes descritores. Diante da problemática, analisados um a um, os acórdãos foram sendo selecionados e, diante de todas as exclusões, chegou-se ao número final de **119** acórdãos, objeto de análise e interpretação de dados, estando satisfeitas todas as indagações pertinentes à observação proposta.

4.6. Número de acórdãos judiciais com os descritores amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose em todos os Tribunais de 1999 a 2009

O número inicial de acórdãos em todos os Tribunais analisados foi de **1.220** decisões judiciais em segunda e terceira instâncias, considerando-se os descritores amianto,

mesotelioma, asbesto e asbestose, o que, desde logo, sugeriu que fossem adotados critérios de exclusão em face do número elevado de acórdãos com múltiplas matérias.

Tabela 1 - Números iniciais de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose nos Tribunais de 1999 e 2009.

Tribunais	N
TJSP	710
STJ	08
STF	08
TRT 2a. Região	91
TRT 15a. Região	276
TST	127
TOTAL	1.220

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

Em todo o processo, as atividades jurisdicionais exercidas têm por objeto uma pretensão. Essa pretensão, porém, varia de natureza, conforme o direito objetivo material em que se fundamenta. Há, assim, lides penais, civis, trabalhistas, administrativas, tributárias, comerciais etc.

A Justiça ou jurisdição Comum engloba a Justiça Federal e as Justiças Estaduais. Entretanto, a Justiça Federal não foi objeto de observação em face de a matéria

de sua competência não guardar relação com o fulcro da presente dissertação. A Justiça Estadual, no caso o Estado de São Paulo, é o órgão jurisdicional responsável pelo julgamento dos processos civis e criminais.

É da natureza humana o inconformismo perante decisões desfavoráveis. Muitas vezes, aquele que sai vencido em um processo quer uma nova oportunidade para demonstrar suas razões e tentar outra vez obter ganho de causa. Por isso, o ordenamento jurídico brasileiro prevê o “duplo grau de jurisdição”, princípio que consiste na possibilidade de um mesmo processo, após julgamento pelo juiz inferior perante o qual teve início, voltar a ser objeto de julgamento, agora por órgãos superiores do Poder Judiciário.

Chama-se, assim, “jurisdição inferior” aquela exercida pelos juízes que ordinariamente conhecem do processo desde o seu início (competência originária). Trata-se, na Justiça Estadual, dos juízes de direito das comarcas distribuídas por todo o Estado, inclusive da comarca da capital (juízes das varas). Chama-se “jurisdição superior” a exercida pelos órgãos a que cabem os recursos contra as decisões proferidas pelos juízes inferiores: no caso do Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Os órgãos máximos, na organização judiciária brasileira, que exercem a jurisdição em nível superior ao de todos os outros juízes e tribunais, são o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi criado pela Constituição Federal de 1988 em substituição ao Tribunal Federal de Recursos (TFR), mas entrou em funcionamento apenas em abril de 1989 com a missão de interpretar, em última instância, a legislação federal ou uniformizar a jurisprudência das causas com matéria infraconstitucional. Dentre as atribuições estabelecidas pelo legislador, compete ao STJ o exame dos recursos especiais originados de decisões dos Tribunais de Justiça dos Estados.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil cuja função institucional principal é servir de guardião da Constituição Federal,

apreciando casos que envolvam lesão ou ameaça à lei maior, cabendo a ele decidir as ações que versem sobre a constitucionalidade das normas.

Diante da diversidade de matérias envolvidas no conteúdo dos acórdãos, o primeiro critério de exclusão foi afastar das observações os acórdãos de natureza criminal, ou seja, **41** acórdãos que continham os descritores amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose ligados ao âmbito do direito processual penal, onde eram tratados assuntos como furto de telhas de amianto, por exemplo, em nada sugerindo o liame com a matéria relativa à saúde do trabalhador.

Tabela 2 - Número de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum com exclusão das decisões judiciais de natureza criminal.

Tribunais da Justiça Comum	Natureza Civil	Natureza Criminal
TJSP	669	41
STJ	08	00
STF	08	00
TOTAL	685	41

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

A jurisdição, como aspecto da própria soberania nacional, a rigor não comporta divisões, pois falar em diversas jurisdições em um mesmo Estado significaria afirmar a existência, aí, de uma pluralidade de soberanias, o que não faz sentido. A jurisdição é, em si mesma, tão una e indivisível quanto a própria soberania. A doutrina, porém, fala em espécies de jurisdição como uma forma de classificar a jurisdição em categorias.

Pelo critério do seu objeto, temos a jurisdição penal e a civil, conforme se observou na tabela anterior. Pelo critério dos organismos judiciários que a exercem, temos a jurisdição comum e a especial. Pelo critério da posição hierárquica dos órgãos dotados, temos a jurisdição superior e a inferior.

A expressão jurisdição civil é empregada em sentido amplo, abrangendo toda a jurisdição não penal. Contudo, temos a distinção entre a jurisdição comum e a especial, sendo que a Justiça do Trabalho, apesar de estar inserida no âmbito da jurisdição civil, é limitada por sua competência e, nesta medida, é considerada uma jurisdição especial. A Constituição Federal atribuiu, em seu art. 114, a competência da Justiça do Trabalho para julgar lides oriundas das relações de trabalho, dentre outras competências, inclusive estendidas por força da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Considerando-se, portanto, a exclusão dos acórdãos de natureza criminal, o número de acórdãos observados, exclusivamente no que diz respeito às lides de natureza civil, tanto do ponto de vista da Justiça Comum quanto do ponto de vista da Justiça do Trabalho, temos o número de **1.179** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, sendo que o número de decisões na Justiça Comum totalizou **685** acórdãos e o número de decisões na Justiça do Trabalho totalizou **494** acórdãos.

Tabela 3 - Número de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho.

Tribunais	N	Poder Judiciário	N
TJSP	669	Justiça Comum	685
STJ	08		
STF	08		
TRT 2a. Região	91	Justiça do Trabalho	494
TRT 15a. Região	276		
TST	127		
TOTAL			1.179

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

Partindo-se deste número total de **1.179** acórdãos judiciais tanto de natureza comum quanto de natureza especial (trabalhista), objetivou-se o conhecimento do número de acórdãos em cada descritor: amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose, bem como em cada tribunal de investigação durante o período determinado de 1999 a 2009, podendo-se constatar que o Tribunal de Justiça de São Paulo apresentou um número bastante expressivo, significativamente maior que os demais tribunais.

Tabela 4 - Número de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 em cada Tribunal por descritor.

Tribunais	Amianto	Mesotelioma	Asbesto	Asbestose	Total
TJSP	377	13	87	192	669
STJ	05	00	02	01	08
STF	07	00	01	00	08
TRT 2a. Região	52	00	08	31	91
TRT 15a. Região	121	02	77	70	276
TST	96	01	13	17	127
TOTAL	658	16	188	311	1.179

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

Prosseguindo-se na investigação, adotou-se o critério de separação dos acórdãos por ano de publicação ou registro da decisão judicial. O termo “ano de publicação” é utilizado nos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e 15ª Região, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal; o termo “ano de registro” é utilizado no Tribunal de Justiça de São Paulo; ainda, há o termo “ano da divulgação” tratado unicamente no Tribunal Superior do Trabalho, sendo que todos estes termos referem-se ao mesmo fato, ou seja, o fato de o acórdão judicial ter se tornado público a todos os interessados naquela determinada data ou ano.

A tabela 5 chama a atenção para o aumento do número de casos nos tribunais trabalhistas a partir do ano de 2005, esclarecendo que houve a extensão da competência da

Justiça do Trabalho a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2004. No Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em especial, nota-se claramente esta alteração, pois desde 1999 até 2004 não houve nenhum caso, sendo que nos últimos cinco anos começaram os respectivos julgamentos e, no último triênio, ocorreu o maior número de casos publicados.

Tabela 5 - Ano da publicação ou registro dos acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais.

Tribunais	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	TOTAL	(%)
TJSP	19	52	92	128	22	65	38	23	116	63	51	669	56,7
STJ	00	00	02	00	00	00	00	02	01	02	01	08	0,7
STF	00	00	01	00	02	01	00	01	01	02	00	08	0,7
TRT 2a. Região	00	00	00	00	00	00	04	05	25	29	28	91	7,7
TRT 15a. Região	01	05	06	05	10	09	02	22	80	58	78	276	23,4
TST	15	05	03	03	05	10	13	17	10	18	28	127	10,8
TOTAL	35 (3,0)	62 (5,3)	104 (8,8)	136 (11,5)	39 (3,3)	85 (7,2)	57 (4,8)	70 (5,9)	233(19,8)	172 (14,6)	186 (15,8)	1.179	(100,0)

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

A tabela 6 demonstra novamente a divisão dos acórdãos em relação à Justiça Comum e a Justiça do Trabalho. Todos os descritores foram considerados, excluídos os casos em que o objeto da ação judicial não era pertinente à matéria ligada à saúde do trabalhador. Nesta tabela, todos os casos em que não eram discutidos os fatos diretos entre o trabalhador e a empresa, como, por exemplo, questões meramente formais e processuais, foram renegadas, uma vez que não se revestiam de interesse para a investigação, inviabilizando o atendimento a partir do item quatro do questionário de análise dos acórdãos.

Tabela 6 - Número de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho excluídos os casos em que o objeto da ação judicial não tem pertinência direta com a matéria ligada à saúde do trabalhador.

Tribunais	N	Poder Judiciário	N
TJSP	251	Justiça Comum	255
STJ	04		
STF	00		
TRT 2a. Região	62	Justiça do Trabalho	269
TRT 15a. Região	164		
TST	43		
TOTAL			524

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

Pela análise da tabela 7, os resultados foram os mesmos do quanto verificado na tabela 5, ou seja, observou-se o aumento do número de casos nos tribunais trabalhistas a partir do ano de 2005, sendo que, especialmente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, notou-se claramente esta alteração, notadamente no último triênio. A diferença para esta tabela em relação à tabela 5 é que foram excluídos os casos em que não eram discutidos os fatos diretos entre o trabalhador e a empresa, tendo sido afastadas as ações judiciais em que a matéria discutida tinha cunho eminentemente processual.

Restou evidenciado nesta tabela que o Tribunal de Justiça de São Paulo foi responsável por **47,9%** dos casos analisados, um número bastante expressivo considerando-se que foram objeto de investigação seis tribunais nacionais.

Tabela 7 - Ano da publicação ou registro dos acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais, considerando-se os casos com pertinência direta à matéria ligada à saúde do trabalhador.

Tribunais	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	TOTAL	(%)
TJSP	11	17	30	50	17	28	17	05	33	28	15	251	47,9
STJ	00	00	02	00	00	00	00	01	00	00	01	04	0,8
STF	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0,0
TRT 2a. Região	00	00	00	00	00	00	04	03	17	23	15	62	11,8
TRT 15a. Região	01	04	05	03	05	05	02	18	30	40	51	164	31,3
TST	03	00	00	00	04	03	02	07	05	04	15	43	8,2
TOTAL	15 (2,9)	21 (4,0)	37 (7,0)	53 (10,1)	26 (5,0)	36 (6,9)	25 (4,8)	34 (6,5)	85 (16,2)	95 (18,1)	97 (18,5)	524	(100,0)

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

A tabela 8 demonstra que, partindo-se do número de **524** acórdãos judiciais, objetivou-se o conhecimento do número de acórdãos em cada descritor: amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose, bem como em cada tribunal de observação durante o período determinado de 1999 a 2009, podendo-se constatar que o descritor amianto esteve presente em **49,8%** dos casos, sendo, indiscutivelmente, o descritor mais referido nesta investigação.

Tabela 8 - Número de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais por descritor, considerando-se os casos com pertinência direta à matéria ligada à saúde do trabalhador.

Tribunais	Amianto (%)	Mesotelioma (%)	Asbesto (%)	Asbestose (%)	TOTAL	(%)
TJSP	139	05	39	68	251	47,9
STJ	02	00	01	01	04	0,8
STF	00	00	00	00	00	0,0
TRT 2a. Região	30	00	08	24	62	11,8
TRT 15a. Região	64	02	57	41	164	31,3
TST	26	01	08	08	43	8,2
TOTAL	261 (49,8)	08 (1,5)	113 (21,6)	142 (27,1)	524	(100,0)

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

A tabela 9 indica o número final de **119** acórdãos judiciais analisados que atenderam a todos os critérios de análise referidos no questionário proposto, sendo que, além de terem sido levados em consideração todos os critérios de inclusão e exclusão, foram afastados os casos em que havia repetição de descritor, ou seja, um mesmo acórdão foi referido em outro descritor, o que não poderia prevalecer, sob pena de a investigação não corresponder ao número fiel de casos, esclarecendo que, quando ocorreu a repetição, prevaleceu o processo com o descritor amianto.

Outro problema que surgiu no curso da investigação foi a mera citação dos descritores amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose no corpo do texto das decisões, ou

seja, houve casos em que o descritor amianto, por exemplo, foi mencionado pelo juiz relator do acórdão como citação analógica ao caso. Embora tenha sido um caso havido entre o trabalhador e a empresa, a doença ocasionada não era em decorrência da exposição ao risco do amianto, mas adotou-se, por analogia, uma idêntica solução. Em muitos casos a ementa a seguir foi citada pelos juízes relatores em seus acórdãos e isso aumentou o grau de dificuldade da investigação.

Transcrição da ementa do acórdão judicial do Recurso Especial do Superior Tribunal de Justiça nº 291157-SP, 4ª Turma, Relator Ministro Ruy Rosado Aguiar, votação unânime (Diário de Justiça da União 03/09/2001 – p. 227):

“ACIDENTE NO TRABALHO – PRESCRIÇÃO – TERMO INICIAL – ASBESTOSE – AMIANTO. O termo inicial da prescrição da pretensão indenizatória não flui da data do desligamento da empresa, mas de quando o operário teve conhecimento de sua incapacidade, origem, natureza e extensão, que no caso corresponde à data do laudo. O fato do decurso de 34 anos da despedida do empregado impressiona, mas deve ser examinado em conjunto com as características da doença provocada pelo contato com o amianto (asbestose), que pode levar muitos anos para se manifestar. Recurso conhecido e provido”.

Por fim, a tabela 9 revela a divisão dos **119** acórdãos em relação à Justiça Comum e a Justiça do Trabalho, salientando que analisados, em sua maioria, ou seja, **74** casos pertencem aos tribunais da Justiça Estadual e seus órgãos superiores.

Tabela 9 - Número de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho que foram objeto de análise e interpretação de dados, considerando-se todos os critérios de inclusão e exclusão, bem como ausência de repetição dos distintos descritores e a mera citação dos descritores no corpo do texto das decisões.

Tribunais	N	Poder Judiciário	Total
TJSP	72	Justiça Comum	74
STJ	02		
STF	00		
TRT 2a. Região	15	Justiça do Trabalho	45
TRT 15a. Região	18		
TST	12		
TOTAL			119

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

4.7. Etapas do trabalho

Tem-se que o número inicial de acórdãos em todos os Tribunais analisados foi de **1.220** decisões judiciais, considerando-se todos os descritores.

Em uma primeira etapa do trabalho, chegou-se ao número de **1.179** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, tendo sido excluídos na Justiça

Comum os acórdãos de natureza criminal, prevalecendo todos os acórdãos de natureza civil, incluídos todos os acórdãos da Justiça do Trabalho.

Em uma segunda etapa do trabalho, chegou-se ao número de **524** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, tendo sido excluídos os acórdãos de natureza processual, ou seja, os acórdãos cujo objeto da ação não tinha pertinência direta com a matéria ligada à saúde do trabalhador.

Na última etapa do trabalho, chegou-se ao número final de **119** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, tendo sido excluídos os acórdãos em que os descritores estavam meramente referidos no texto do acórdão, bem como os acórdãos em que houve repetição de descritores em uma idêntica decisão judicial.

Figura 1 - Critérios de seleção e restrição de acórdãos judiciais.

5. RESULTADOS

5.1. Acórdãos judiciais analisados

Pela análise da tabela 10, partindo-se dos **119** acórdãos judiciais que atenderam a todos os critérios de inclusão e exclusão, tendo em consideração ano a ano da investigação, desde 1999 até 2009, bem como cada tribunal analisado, restou comprovado que o Tribunal de Justiça de São Paulo foi responsável por **60,5%** dos casos analisados, um número bastante expressivo considerando-se que foram objeto de investigação seis tribunais brasileiros.

Tabela 10 - Ano da publicação ou registro dos acórdãos com pertinência direta à matéria de saúde do trabalhador de 1999 a 2009 nos Tribunais, que foram objeto de análise e interpretação de dados, considerando-se todos os critérios de inclusão e exclusão.

Tribunais	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	TOTAL	(%)
TJSP	06	05	09	19	05	08	05	01	02	07	05	72	60,5
STJ	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	01	02	1,7
STF	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0,0
TRT 2a. Região	00	00	00	00	00	00	00	01	03	07	04	15	12,6
TRT 15a. Região	01	02	01	00	00	03	00	02	02	02	05	18	15,1
TST	01	00	00	00	00	01	00	03	01	02	04	12	10,1
TOTAL	08 (6,7)	07 (5,9)	11 (9,2)	19 (16,0)	05 (4,2)	12 (10,1)	05 (4,2)	07 (5,9)	08 (6,7)	18 (15,1)	19 (16,0)	119	(100,0)

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

A tabela 11 demonstra todas as etapas do presente trabalho. O número inicial de acórdãos em todos os Tribunais analisados foi de **1.220** decisões judiciais, considerando-se todos os descritores. Em uma primeira etapa do trabalho, chegou-se ao número de **1.179** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, tendo sido excluídos da Justiça Comum os acórdãos de natureza criminal, prevalecendo todos os acórdãos de natureza civil, incluídos todos os acórdãos da Justiça do Trabalho. Em uma segunda etapa do trabalho, chegou-se ao número de **524** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, tendo sido excluídos os acórdãos de natureza processual, ou seja, os acórdãos cujo objeto da ação não tinham pertinência direta com a matéria ligada à saúde do trabalhador. Em uma terceira e última etapa do trabalho, chegou-se ao número final de **119** acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, tendo sido excluídos os acórdãos em que os descritores estavam meramente referidos no texto do acórdão, bem como os acórdãos em que houve repetição de descritores em outra decisão judicial.

Tabela 11 - Número de acórdãos sobre amianto, mesotelioma, asbesto e asbestose de 1999 a 2009 nos Tribunais em cada etapa de trabalho.

Tribunais	Número inicial	1a. Etapa de exclusão	2a. Etapa de exclusão	Número Final
TJSP	710	669	251	72
STJ	08	08	04	02
STF	08	08	00	00
TRT 2a. Região	91	91	62	15
TRT 15a. Região	276	276	164	18
TST	127	127	43	12
TOTAL	1220	1179	524	119

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

5.2. Avaliação e interpretação dos dados

Pela análise da tabela 12, tem-se que em apenas **35,3%** de todos os casos analisados foi comprovada a exposição dos trabalhadores ao risco do amianto. A par dos números relativos ao Supremo Tribunal Federal terem sido nulos, chamou a atenção o fato de, no Tribunal de Justiça de São Paulo, este número ser ínfimo, ou seja, somente em **11,1%** dos casos o operário desincumbiu-se de seu ônus probatório. Ao revés, os números apontados nos tribunais da Justiça do Trabalho indicam um percentual bem acima da média.

Tabela 12 - Comprovação da exposição do trabalhador ao risco do amianto segundo os acórdãos dos Tribunais relativos aos anos de 1999 a 2009.

Tribunais	Sim (%)	Não (%)	Total	(%)
TJSP	08	64	72	(11,1) ^A
STJ	02	00	02	(100,0) ^A
STF	00	00	00	(0,0) ^A
TRT 2a. Região	10	05	15	(66,7) ^A
TRT 15a. Região	13	05	18	(72,2) ^A
TST	09	03	12	(75,0) ^A
TOTAL	42 (35,3) ^B	77 (64,7) ^B	119	(100,0) ^B

Nota:

(%) - ^A) Sobre linha

- ^B) Sobre coluna

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

Pela análise e interpretação dos dados constantes da tabela 13, tem-se que em apenas **35,3%** de todos os casos analisados o resultado foi favorável ao trabalhador exposto ao risco do amianto. Contudo, observa-se que este percentual geral, ainda que coincidente com os **35,3%** de casos em que restou comprovada a exposição ao amianto, revela um percentual ainda menor relativamente aos resultados favoráveis no Tribunal de Justiça de São Paulo correspondente a **8,3%** do total de casos analisados e percentual ainda maior relativamente aos resultados favoráveis verificados no Tribunal Superior do Trabalho correspondente a **91,7%** do total de acórdãos judiciais objetos de análise. Estes dados revelam um descompasso entre os casos de comprovação do risco e os resultados favoráveis ao trabalhador.

Tabela 13 - Resultado favorável ao trabalhador nas demandas judiciais em segunda instância de acordo com os acórdãos nos Tribunais de 1999 a 2009.

Tribunais	Favorável ao trabalhador (%)	Desfavorável ao trabalhador (%)	Total	(%)
TJSP	06	66	72	(8,3) A
STJ	02	00	02	(100,0) A
STF	00	00	00	(0,0) A
TRT 2a. Região	10	05	15	(66,7) A
TRT 15a. Região	13	05	18	(72,2) A
TST	11	01	12	(91,7) A
TOTAL	42 (35,3) B	77 (64,7) B	119	(100,0) B

Nota:

(%) - A) Sobre linha

- B) Sobre coluna

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

A tabela 14 indica que, dos **119 (100%)** acórdãos analisados, **74 (62,2%)** das decisões pertencem à Justiça Comum e **45 (37,8%)** dos casos estão afeitos à Justiça do Trabalho. Há ainda outra constatação, que revela um estrondoso resultado, qual seja, o de que em apenas **10,8%** dos casos analisados o resultado foi favorável ao trabalhador na Justiça Comum. Na Justiça do Trabalho, **75,6%** de casos tiveram resultado favorável ao trabalhador.

Tabela 14 - Resultados favoráveis aos trabalhadores, considerando-se os Tribunais analisados na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho segundo os acórdãos de 1999 a 2009.

Tribunais	N	Poder Judiciário	Total	(%)	Acórdãos favoráveis ao trabalhador (%)
TJSP	06	Justiça Comum	74	(62,2) B	08 (10,8)A
STJ	02				
STF	00				
TRT 2a. Região	10	Justiça do Trabalho	45	(37,8) B	34 (75,6)A
TRT 15a. Região	13				
TST	11				
TOTAL	42		119	(100,0) B	42 (35,3)A

Nota:

(%) - A) Sobre linha

- B) Sobre coluna

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

Pela análise da tabela 15, tem-se a ocorrência de morte do trabalhador até a data do julgamento do processo em instâncias superiores em apenas **5,9%** dos casos analisados.

Portanto, em **94,1%** das decisões judiciais, não houve morte do trabalhador até o momento do trânsito em julgado, isto é, até o momento em que o processo não comportou mais recursos na fase do mérito da causa perante os tribunais revisores, prevalecendo a ocorrência de acidente do trabalho ou doença profissional, o que, nos termos do art. 118 da Lei nº 8.213/91, são eventos equiparados passíveis de acontecerem ao trabalhador no exercício de suas funções na empresa.

Tabela 15 - Ocorrência de morte do trabalhador até a data do julgamento do processo em segunda instância, considerando-se os acórdãos dos Tribunais de 1999 a 2009.

Tribunais	Acidentes do Trabalho ou Doença Profissional *	Morte (%)	Total
TJSP	68	04 (5,6) A	72
STJ	01	01 (50,0) A	02
STF	00	00 (0,0) A	00
TRT 2a. Região	14	01 (6,7) A	15
TRT 15a. Região	17	01 (5,6) A	18
TST	12	00 (0,0) A	12
TOTAL	112	07 (5,9) A	119

Notas:

* Equiparados por força do Artigo 118 da Lei nº. 8.213/91

(%) A - Percentual sobre linha

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

A tabela 16 enumera os pedidos formulados pelos trabalhadores em suas demandas judiciais, sendo que em **74,8%** dos casos o que se buscou nas ações propostas foram indenizações por danos materiais e morais, esclarecendo que uma indenização não está necessariamente atrelada à outra, embora sejam práticas comuns os pedidos serem formulados conjuntamente. Por este percentual apurado, pode-se observar que a maioria absoluta dos casos em que os pedidos eram desta natureza encontra-se sediados na seara da Justiça Comum.

No dano moral, ao revés do que ocorre no dano material, não há prejuízo econômico, possuindo a indenização outro significado. Seu objetivo é satisfativo e punitivo. Por um lado, a paga em pecúnia deverá amenizar a dor sentida na alma. Em contrapartida, deverá também a indenização servir como castigo ao ofensor, causador do dano. Para a fixação do valor da indenização por danos morais, ao juiz incumbe considerar as circunstâncias do caso, a gravidade da repercussão do fato e as condições sócio-econômicas das partes.

Quanto à questão da insalubridade, geradora do direito ao respectivo adicional de natureza salarial, a mesma ocorre quando o empregado sofre a agressão de agentes físicos ou químicos acima dos níveis de tolerância fixados pelo Ministério do Trabalho, em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. O labor em condições insalubres garante ao trabalhador o recebimento do adicional de insalubridade, que pode ser de 40% (grau máximo), 20% (grau médio) ou 10% (grau mínimo).

No que diz respeito ao cálculo do adicional de insalubridade, reza o artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho que este será efetuado com base no salário mínimo. Excepcionalmente, em decorrência do princípio da norma mais favorável e da condição mais benéfica, admite-se o cálculo do adicional de insalubridade com base em salário previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, bem como no contrato individual de trabalho, que expressamente traga estabelecido que o cálculo se faça com base no salário apontado por estes instrumentos legais. Contudo, a Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da utilização do salário mínimo

como base de cálculo do adicional de insalubridade, mas vedou a substituição desse parâmetro por meio de decisão judicial. Este fundamento tem sido adotado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Assim, a norma constante do art. 192, da CLT, embora declarada inconstitucional, continua a reger as relações obrigacionais, em face da impossibilidade de o Poder Judiciário se sobrepor ao Legislativo para definir critério diverso para a regulação da matéria. Neste contexto, permanece até o momento o entendimento que os percentuais de insalubridade deverão ser pagos com base no salário mínimo vigente.

Em **23,5%** dos casos o que se buscou nas ações propostas foi o adicional de insalubridade em face da exposição do trabalhador ao risco do amianto, salientando que a totalidade deste percentual encontra-se nos muros da Justiça do Trabalho.

Além dos pedidos acima expostos, houve casos em que outras verbas contratuais foram objeto de pleito dos trabalhadores, o que corresponde ao percentual de **1,7%** dos casos analisados, ou seja, dois casos. Neste sentido, houve um processo tramitando perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em que o pedido era de indenização em face de estabilidade provisória de acidente do trabalho prevista no art.118 da Lei nº 8.213/91 e outro processo tramitando perante o Tribunal Superior do Trabalho em que o pedido era de pensão mensal vitalícia.

Tabela 16 - Pedidos dos trabalhadores expostos ao risco do amianto nos processos analisados de 1999 a 2009.

Tribunais	Indenizações por danos materiais e/ou morais (%)	Adicional de Insalubridade (%)	Outras verbas Contratuais (%)	Total (%)
TJSP	72	00	00	72
STJ	02	00	00	02
STF	00	00	00	00
TRT 2a. Região	08	06	01 *	15
TRT 15a. Região	05	13	00	18
TST	02	09	01 **	12
TOTAL	89 (74,8)	28 (23,5)	02 (1,7)	119 (100,0)

Notas:

* Estabilidade Provisória de Acidente do Trabalho

** Pensão Mensal Vitalícia

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

Prosseguindo-se na investigação, objetivou-se conhecer os tipos de empresas que participaram das demandas judiciais, se produtoras da matéria-prima amianto ou empresas ligadas à indústria e comércio em geral, o que resultou na observação de que em **100%** dos casos a empresa que figurou no pólo passivo da ação não era produtora de matéria-prima, ou seja, os trabalhadores que ingressaram com processos e esgotaram a prestação jurisdicional em grau superior não foram os operários que prestaram seus serviços em minas de amianto.

Tabela 17 - Tipo de empresas que participaram das demandas judiciais de 1999 a 2009.

Tribunais	Empresas produtoras da matéria-prima amianto (%)	Empresas de Indústria e Comércio em geral (%)	Total (%)
TJSP	00	72	72
STJ	00	02	02
STF	00	00	00
TRT 2a. Região	00	15	15
TRT 15a. Região	00	18	18
TST	00	12	12
TOTAL	00 (0,0)	119 (100,0)	119 (100,0)

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

A investigação constante da tabela 18, embora não tenha feito parte dos objetivos específicos da dissertação, foi fruto de observação no decorrer da análise dos casos, uma vez que, reiteradamente, a empresa Eternit S.A. figurou como parte nas demandas judiciais.

Tendo-se em conta que a empresa Eternit S.A., do grupo ETERNIT, além de fabricar telhas e caixas d'água de fibrocimento, é uma “*holding*”, isto é, uma sociedade gestora de participações sociais criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas, possuindo a maioria das ações ou quotas dessas empresas componentes do grupo empresarial, conhecidas como empresas subsidiárias, a saber: SAMA Minerações Associadas (atualmente única mineradora de amianto na América Latina) e PRECON Goiás, importante mencionar que, dos **119 (100%)** casos analisados, **80 (67,2%)** dos

acórdãos judiciais tiveram esta empresa no pólo passivo do processo, salientando-se, ainda, que, somente no Tribunal de Justiça de São Paulo, de todos os casos verificados neste tribunal, **95,8%** foram ações de trabalhadores em face da empresa Eternit S.A. Destes 80 casos no total, **86,3%** das ações tramitaram perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, um número bastante expressivo e que não poderia ser desconsiderado na presente análise e interpretação dos dados.

Tabela 18 - Número de acórdãos em que a empresa Eternit S.A. figura como parte nas demandas judiciais.

Tribunais	Empresa Eternit S.A. (%) A	Total	(%) B
TJSP	69 (95,8) A	72	(86,3) B
STJ	02 (100,0) A	02	(2,5) B
STF	00 (0,0) A	00	(0,0) B
TRT 2a. Região	06 (40,0) A	15	(7,5) B
TRT 15a. Região	01 (5,6) A	18	(1,2) B
TST	02 (16,7) A	12	(2,5) B
TOTAL	80 (67,2) A	119	(100,0) B

Nota:

(%) - A) Sobre linha

- B) Sobre coluna

Legenda:

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

TRT 2a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

TRT 15a. Região - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região

TST - Tribunal Superior do Trabalho

6. DISCUSSÃO

6.1. Em todas as fases da investigação, mister se faz salientar que a observação foi árdua, extrapolando em muito o tempo destinado à coleta de dados no cronograma, dada a complexidade das questões envolvidas e o número elevado de decisões judiciais, sendo que, partindo-se do número inicial de **1.220** acórdãos, chegou-se ao número final de **119** acórdãos, correspondente a **9,75%** dos números computados para o início da investigação, ou seja, menos de 10% da observação primígena, o que causou um primeiro sobressalto.

6.2. O conteúdo dos acórdãos em todos os Tribunais, especialmente os acórdãos que foram objeto de exclusão na terceira etapa de análise e interpretação de dados, embora tratando de partes diferentes no pólo ativo e passivo da ação judicial, foram escritos de forma idêntica, inclusive por juízes de Tribunais diferentes, muitas vezes apenas referindo o termo do descritor amianto em face de uma jurisprudência do STJ anexada para fazer analogia ao caso concreto. Portanto, chegou-se ao número final de 119 acórdãos em todos os Tribunais, considerando-se todos os descritores, tendo sido excluídos os acórdãos em que os descritores estavam meramente referidos no texto do acórdão, bem como os acórdãos em que houve repetição de descritores em outra decisão judicial.

Em face disso, observou-se que os juízes, de um modo geral, não trouxeram muita novidade à matéria em debate, tornando pobre o acórdão em termos de conteúdo e defesa do direito à saúde do trabalhador. Diante desta constatação, observou-se ausência de motivação na criação de novas teses e argumentos da matéria em discussão, mesmo nos Tribunais trabalhistas.

6.3. A tabela 5 chamou a atenção para o aumento do número de casos nos tribunais trabalhistas a partir do ano de 2005, esclarecendo que houve a extensão da competência da Justiça do Trabalho a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº

45, publicada em 08/12/2004. Com a extensão da competência, temos que a Justiça do Trabalho passou a julgar os casos envolvendo a matéria ligada à saúde do trabalhador, em especial as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho (art. 114, inciso VI, da Constituição Federal de 1988).

Se forem comparados os dados do Tribunal de Justiça de São Paulo com os dois Tribunais Regionais do Trabalho (2ª e 15ª Região), tribunais de segunda instância, temos que, percentualmente, o tribunal pertencente à Justiça Comum supera em muito o percentual somado dos dois tribunais trabalhistas. Contudo, há de ser considerada a modificação da competência em favor da Justiça do Trabalho a partir de dezembro de 2004, o que alterou substancialmente os números, que antes eram praticamente nulos nos tribunais trabalhistas.

No Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em especial, notou-se claramente esta alteração, pois desde 1999 até 2004 não houve nenhum caso, sendo que nos últimos cinco anos começaram os respectivos julgamentos e, no último triênio, ocorreu o maior número de casos publicados.

Esta observação estendeu-se para a tabela 7, tendo em vista que os resultados foram os mesmos do quanto verificado na tabela 5, ou seja, observou-se o aumento do número de casos nos tribunais trabalhistas a partir do ano de 2005, sendo que, especialmente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, notou-se claramente esta alteração, notadamente no último triênio. A diferença para esta tabela em relação à tabela 5 é que foram excluídos os casos em que não eram discutidos os fatos diretos entre o trabalhador e a empresa, tendo sido afastadas as ações judiciais em que a matéria discutida tinha cunho eminentemente processual.

Em continuidade à observação neste aspecto, pela análise da tabela 10, partindo-se dos 119 acórdãos judiciais que atenderam a todos os critérios de inclusão e exclusão, tendo em consideração ano a ano da investigação, desde 1999 até 2009, bem como cada tribunal analisado, restou comprovado que o Tribunal de Justiça de São Paulo foi

responsável por 60,5% dos casos analisados, um número bastante expressivo. Contudo, historicamente, a Justiça Comum sempre foi a jurisdição competente para julgar as ações decorrentes de acidente do trabalho ou doença profissional, sendo certo que a Justiça do Trabalho apenas em 2004 assumiu este mister. Assim, neste percentual pertencente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo, estão computados todos os acórdãos analisados desde 1999, sendo que o percentual pertencente aos tribunais trabalhistas ganhou relevância a partir do ano de 2004.

Observa-se nitidamente que a tabela 10 também repete a tendência ora noticiada no sentido de que a extensão da competência da Justiça do Trabalho alterou o cenário numérico dos casos, ou seja, houve uma sensível diminuição de decisões acerca da matéria nos últimos cinco anos nos tribunais da Justiça Comum e um conseqüente aumento de casos nos últimos cinco anos, de 2005 a 2009, nos tribunais da Justiça do Trabalho.

6.4. Observou-se que descritor amianto é o que mais é referido nos acórdãos. Ademais, quando da repetição dos acórdãos nos diversos descritores, houve a prevalência do descritor “amianto”. Destarte, considerando-se todos estes aspectos, pode-se constatar que a substância com a qual a pessoa trabalha é que define a maior parte dos acórdãos, ou seja, a maior parte dos acórdãos diz respeito ao amianto. Os outros descritores (mesotelioma, asbesto e asbestose) dizem respeito aos efeitos da exposição do trabalhador ao risco do amianto e estão referidos na minoria dos casos analisados. A tabela 8 demonstra de forma inequívoca que o descritor amianto esteve presente em 49,8% dos casos, sendo, indiscutivelmente, o descritor mais referido nesta investigação.

6.5. Relativamente à análise e interpretação dos dados propriamente ditos, iniciando-se pela tabela 12, tem-se que em 35,3% de todos os casos analisados foi comprovada a exposição dos trabalhadores ao risco do amianto. Chamou a atenção o fato de, no Tribunal de Justiça de São Paulo, este número ser ínfimo, ou seja, somente em 11,1% dos casos o operário desincumbiu-se de seu ônus probatório. Por outro lado, os

números apontados nos tribunais da Justiça do Trabalho indicam um percentual bem acima da média.

Pela análise e interpretação dos dados constantes da tabela 13, tem-se que em 35,3% de todos os casos analisados o resultado foi favorável ao trabalhador exposto ao risco do amianto.

Contudo, observa-se que este percentual, ainda que coincidente com os 35,3% de casos em que restou comprovada a exposição ao amianto, conforme a tabela 12 demonstrou, indica um número ainda menor relativamente aos resultados favoráveis no Tribunal de Justiça de São Paulo correspondente a 8,3% do total de casos analisados e percentual ainda maior relativamente aos resultados favoráveis verificados no Tribunal Superior do Trabalho correspondente a 91,7% do total de acórdãos judiciais objetos de análise. Estes dados revelaram um descompasso entre os casos de comprovação do risco e os resultados favoráveis ao trabalhador, merecendo comentários a respeito.

Na maioria absoluta dos casos analisados, a comprovação da exposição do trabalhador ao risco do amianto esteve diretamente ligada ao resultado favorável ao operário. A resposta à pergunta sete do questionário está diretamente relacionada com a resposta da pergunta quatro, ou seja, o resultado favorável ou desfavorável ao trabalhador manteve relação direta em função da comprovação ou não da exposição do trabalhador ao risco do amianto. Entretanto, houve dois casos em que esta regra não foi verificada: um caso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo e outro caso perante o Tribunal Superior do Trabalho, sendo estes processos exceção à regra.

No caso julgado perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, acórdão registrado em 2008, houve a comprovação da exposição do trabalhador ao risco do amianto no processo. Contudo, o juiz relator, ao sentenciar sobre o pedido de indenização por acidente do trabalho relativamente ao dano material e moral sofrido, asseverou no acórdão que, apesar de caracterizada a asbestose decorrente da exposição contínua à poeira do amianto, esta não apresentou sintomas incapacitantes ou comprometimento funcional. Tratou o

acórdão de esclarecer que a asbestose é uma moléstia cuja evolução é lenta e prolongada, em que as alterações radiológicas só começam a aparecer quando já instaladas as modificações funcionais no organismo. Assim, restou comprovada a exposição, mas o trabalhador não comprovou o dano para ensejar prejuízo ao trabalho ou necessidade de tratamento médico, o que resultou na manutenção da improcedência da ação.

No caso julgado perante o Tribunal Superior do Trabalho, acórdão publicado em 2007, houve a comprovação da exposição do trabalhador ao risco do amianto no processo. Contudo, o juiz relator, ao sentenciar sobre o pedido de adicional de insalubridade feito pelo autor da ação, afirmou no acórdão que o agente nocivo, embora presente, estava dentro dos limites de tolerância, o que resultou no não provimento do pedido do trabalhador. Houve, aparentemente, um caso clássico de distanciamento entre direito e justiça, talvez a maior inquietação de um operador do Direito.

Estes dois casos de exceção à regra, embora compondo a minoria absoluta dos casos, foram muito relevantes na observação pelo fato de salientarem a importância da prova no processo, em especial a prova pericial (técnica) e, eventualmente, a própria prova testemunhal para apuração da verdade dos fatos, sendo a prova realizada pelo trabalhador decisiva nesses casos de apuração do nexo de causalidade entre a doença e o trabalho do obreiro e, igualmente, importante no convencimento do juízo, que é livre para decidir, mas dentro dos limites da lide, devendo ser atendido os fins sociais a que a lei se dirige baseados na dignidade da pessoa humana e nos valores sociais do trabalho. A opinião médica expressada no laudo pericial quase sempre prevalece até porque também é amparada na justiça e, pois, na lei em última análise.

Apesar destes dois exemplos de exceção, no número final, um número pelo outro, o resultado não foi alterado, ou seja, restou definido que em apenas 35,3% dos casos foi comprovada a exposição do trabalhador ao risco do amianto, bem como somente 35,3% dos casos restaram favoráveis ao trabalhador.

O fato de não ser comprovado nestes dois processos a exposição do trabalhador não significou que o trabalhador não esteve exposto ao risco do amianto no decorrer de seu contrato de trabalho. A reparação do dano está assentada em três elementos: culpa, dano e nexo de causalidade (art. 159, do Código Civil), sendo que o trabalhador não se desincumbiu de seu ônus probatório em todos estes aspectos processuais.

Não se deve confundir a responsabilidade do empregador em indenizar o obreiro (responsabilidade civil), com a obrigação previdenciária a cargo do Estado (responsabilidade acidentária-previdenciária), representado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Duas grandes questões ressaltam a observação do aplicador do Direito: a) a prevenção dos riscos; b) a reparação dos danos.

Com efeito, ocorrido o acidente do trabalho ou a doença profissional, três hipóteses poderão existir, conforme o caso concreto: 1) ambos (empregador e INSS) estarão obrigados a reparar os danos sofridos pelo trabalhador, cada qual a sua forma; 2) apenas o INSS terá responsabilidade pelo fato; 3) não haverá obrigação de qualquer deles. A primeira hipótese será factível quando houver culpa do empregador. A segunda, quando inexistir negligência patronal. A terceira, quando além de não haver culpa, também não for devida a prestação de benefício (por exemplo, ato fraudulento do empregado).

Referidas responsabilidades, portanto, são autônomas e estanques, não havendo influência ou compensação de quantias pagas. Assim, não é lícito ao empregador abater da indenização que deve ao empregado pelo infortúnio ocorrido o montante recebido por este último dos órgãos de Previdência.

Em outras palavras: a indenização por responsabilidade civil a cargo da empresa é cumulável com o recebimento de benefícios previdenciários pagos ao obreiro.

A empresa somente estará obrigada a reparar o trabalhador em relação ao dano derivado de acidente do trabalho ou doença profissional se restar evidenciado sua negligência, imprudência ou imperícia (culpa) no cumprimento das disposições de proteção

ao trabalho. Não se exige prova de incapacidade, mas sim prova do dano (responsabilidade subjetiva).

O mesmo, entretanto, não ocorre com o a responsabilidade estatal a cargo do INSS, que estará obrigado à prestação do benefício cabível na espécie, ainda que o acidente não decorra de culpa de qualquer pessoa ou mesmo que decorra de culpa exclusiva do trabalhador segurado (responsabilidade objetiva).

Em outros termos, a responsabilidade do empregador é de natureza subjetiva (dependente de prova da culpa), enquanto a responsabilidade do I.N.S.S. é de natureza objetiva (independente de prova da culpa).

Além disso, a responsabilidade do empregador abrange a indenização por aquilo que o trabalhador perdeu com o acidente (dano emergente), bem como por aquilo que deixou de ganhar (lucro cessante), além de danos sofridos (danos morais, estéticos etc), não havendo qualquer teto ou limite para seu valor.

A responsabilidade civil se consubstancia na obrigação de reparar o dano, por todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, imprudência, negligência ou imperícia, violar direito ou causar prejuízo a outrem. Doutrinariamente, até sob o ponto de vista histórico e ressalvadas algumas exceções pontuais, sempre se reconheceu no ordenamento jurídico pátrio que seria necessário à responsabilização civil em geral a presença dos seguintes pressupostos:

- 1) Ação ou omissão do empregador ou responsável técnico;
- 2) Existência de dolo (intenção) ou culpa (não observância de um dever de cuidado imposto em norma) na ação ou omissão supracitadas;
- 3) Resultado lesivo ao empregado (dano);
- 4) Nexô de causalidade entre a ação ou omissão do empregador ou responsável técnico e o resultado lesivo ocorrido.

Porém, o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) inovou a matéria, suscitando dúvidas sobre a necessidade da culpa para a indenização em matéria de infortúnio do trabalho, havendo alguns intérpretes favoráveis à adoção da responsabilidade objetiva (sem culpa) para tais casos. A polêmica foi inaugurada com a redação de referido diploma legal, que em seu art. 927 e parágrafo único, dispõe:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Nos termos do dispositivo supracitado, considerando que a atividade empresarial causa riscos ao empregado, a responsabilidade no caso seria objetiva (independente de culpa) ou haveria uma presunção de culpa do empregador no infortúnio, consubstanciando uma inversão do ônus probatório. Há ainda o argumento de que a responsabilidade pelo dano ambiental é objetiva (art. 14, §1º, da Lei 6.938/81) e que assim também deveria ser o regime de responsabilização pelos acidentes e doenças do trabalho.

Cabe salientar, por fim, que a jurisprudência dos tribunais, mesmo após a superveniência do novo Código Civil em 2002 e o advento da Emenda Constitucional nº 45 em 2004, parece se manter firme na linha da necessidade da existência de culpa do empregador, para a existência da responsabilidade civil por acidente ou doença do trabalho.

Contudo, os novos rumos da responsabilidade civil caminham no sentido de considerar objetiva a responsabilidade das empresas pelos danos causados aos empregados, com base na teoria do risco-criado⁽¹⁶⁾, cabendo a estes somente a prova do dano e do nexo causal com o acidente do trabalho ou doença profissional a este equiparado.

(16) Raimundo Simão de Melo. Acidente de Trabalho – Responsabilidade com e sem culpa. In: *Revista Escola da Magistratura da 2ª Região*. N.03. São Paulo, 2008, p.99.

6.6. A tabela 14 indica que em apenas 10,8% dos casos analisados o resultado foi favorável ao trabalhador na Justiça Comum. Na Justiça do Trabalho, 75,6% de casos tiveram resultado favorável ao trabalhador. Considerando-se todos os acórdãos interpretados, somente 35,3% dos casos foram favoráveis ao trabalhador. Diante disso, surgiu outra inquietação, qual seja, os motivos pelos quais os resultados foram negativos ao trabalhador, ou seja, por que apenas a menor parte dos acórdãos foram procedentes segundo as decisões judiciais em grau superior? Dada a gravidade da questão, este resultado causou grande surpresa a mim.

Diante deste desconforto, tendo-se em conta que 64,7% dos casos tiveram resultado desfavorável ao trabalhador, restou uma dúvida: de fato não houve o nexo causal? Sob o ponto de vista histórico, conforme já salientado, sempre se reconheceu no ordenamento jurídico brasileiro que seria necessário à responsabilização civil em geral a presença dos seguintes pressupostos: ação ou omissão do empregador; existência de dolo (intenção) ou culpa (não observância de um dever de cuidado imposto em norma) nesta ação ou omissão; resultado lesivo ao empregado (dano); nexo de causalidade entre a ação ou omissão do empregador e o resultado lesivo ocorrido.

Tem-se que, na maioria dos casos analisados, a comprovação pelo trabalhador da existência de sua exposição ao risco do amianto foi decisiva para o resultado favorável da demanda judicial, assim como a não comprovação desta exposição levou ao resultado final desfavorável, inferindo-se que a responsabilidade civil de indenizar é do empregador, mas o ônus probatório é do empregado, nitidamente a parte mais fraca na relação de trabalho, tendo que se desincumbir do ônus da prova de todos os pressupostos acima referidos, o que se comprovou não ser uma tarefa simples e fácil.

Embora tenha sido revelado que em 35,3% de todos os acórdãos os resultados foram favoráveis ao trabalhador, a vitória quantitativa do operário pode ser claramente verificada mais na Justiça do Trabalho do que na Justiça Comum, sendo que, considerado os números de cada jurisdição, tem-se o resultado particularizado de 75,6% de casos

favoráveis na Justiça do Trabalho e 10,8% de casos favoráveis na Justiça Comum, mostrando que, para o trabalhador exposto ao risco do amianto no meio ambiente do trabalho, a modificação da competência imposta pela Emenda Constitucional nº 45/2004 foi positiva e acertada, dando pistas de que a Justiça do Trabalho está mais afeita a julgar a matéria relativa à saúde do trabalhador. O que se percebeu nos processos julgados pelos desembargadores trabalhistas é que a exposição ao risco do amianto, na maioria das vezes, gerou um pagamento ao trabalhador correspondente ao seu pleito inicial. Os acórdãos oriundos da Justiça do Trabalho continham técnica jurídica e sensibilidade. Os acórdãos advindos da Justiça Comum continham a mera técnica jurídica embasada unicamente no código civil e código de processo civil, o que me fez refletir acerca do verdadeiro papel dos juízes no Brasil.

Não se pretende que o Poder Judiciário seja parcial. Ao contrário, espera-se que os juízes garantam uma Justiça imparcial e rápida para toda a sociedade. Ocorre que o juiz não deve ter apenas uma atuação técnica-jurídica, pois, ao se preparar para este mister, ele deve estar consciente de seu papel social e político, bem como de sua responsabilidade para com o jurisdicionado, tendo como premissas maiores de seu livre convencimento os princípios da dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.

6.7. O fato de a tabela 14 indicar que 62,2% dos casos analisados os acórdãos são oriundos da Justiça Comum, bem como 37,8% dos casos originários da Justiça do Trabalho, não foi um acontecimento imprevisto, pois, dada a histórica competência da Justiça Comum para julgar as ações acidentárias, tendo sido alterado este cenário em favor da Justiça do Trabalho apenas em 2004, por força da Emenda Constitucional nº 45, e considerando-se que o interregno da análise e interpretação dos dados da presente dissertação estendeu-se de 1999 a 2009, era esperado este resultado.

Ademais, muito importante a observação de que a Emenda Constitucional nº 45 foi promulgada em 08/12/2004, ou seja, nos últimos dias do ano de 2004, fazendo surtir seus efeitos apenas no ano de 2005. Considerando-se, também, que é estimado pelos

operadores do Direito um prazo médio de dois anos para um processo chegar ao segundo grau de jurisdição, ou seja, sair da primeira instância para ir rumo à segunda instância e ver seu processo novamente julgado por um colegiado de juízes nos tribunais, tem-se que apenas no ano de 2007 a alteração da competência passou a ser verificada, o que vai de encontro com os números da análise da presente dissertação, pois no último triênio houve uma sensível alteração no número de casos em favor da Justiça do Trabalho, conforme já mencionado. Portanto, estes números são absolutamente coerentes com a realidade dos fatos.

6.8. A ocorrência de morte deu-se até a data do julgamento do processo em grau superior, o que aconteceu em 5,9% dos casos analisados, conforme demonstrado na tabela 15. Esta observação é importante, pois os efeitos da exposição do trabalhador ao risco do amianto são as doenças profissionais típicas deste trabalhador específico, como, por exemplo, asbestose, mesotelioma e câncer do pulmão, dentre outras afecções, que apresentam sintomas muitas vezes décadas após a efetiva exposição ao amianto e levam à morte lenta do trabalhador exposto. Tem-se que o período de latência é de 25 a 35 anos, a partir do início da exposição.

Com isso, como os efeitos não são imediatos, reiterada e equivocadamente foi decidido pelos juízes de primeiro grau de jurisdição e confirmado em grau superior pelo colegiado de juízes que havia ausência de incapacidade ou inexistência de limitação funcional por parte do trabalhador. Assim, o trabalhador não obteve resultado favorável em seu pleito.

Restou uma dúvida neste aspecto: seria preciso a ocorrência de mais mortes de trabalhadores para que o convencimento dos juízes fosse alterado? Estariam os juízes esperando a ocorrência deste evento para alterarem suas decisões? Como a resposta não muda os fatos, bem como considerando todas as discussões até agora encadeadas, acredito que é chegada a hora de se repensar a questão da prova a ser feita no processo e admitir a possibilidade de inversão do ônus probatório, o que significa dizer que há de ser consagrada

a proteção à parte mais vulnerável da relação de trabalho: o trabalhador. Assim, abre-se a possibilidade de o juiz inverter o ônus da prova, quando, segundo as regras de experiência, achar verossímil a alegação ou quando o trabalhador for hipossuficiente. Em nosso ordenamento jurídico, por excelência, o ônus da prova cabe a quem alega. Ocorre que, para o trabalhador, na maioria das vezes, conseguir a prova é muito difícil, o que se verificou na análise dos casos. Portanto, invertendo-se o ônus da prova, há a transferência ao responsável pelo dano, do ônus de provar que não foi sua a culpa, que não houve dano, que a culpa foi exclusivamente da vítima ou que houve fato superveniente. Daí, os conceitos de Justiça e Direito podem ser mais uníssonos.

6.9. A tabela 16 enumera os pedidos formulados pelos trabalhadores em suas demandas judiciais, sendo que 74,8% dos casos foram ações de indenização por danos materiais e/ou morais; 23,5% dos casos foram ações propostas cujo pleito do trabalhador era o adicional de insalubridade em face de sua exposição ao amianto; houve 1,7% dos casos em que os pedidos dos trabalhadores foram outras verbas contratuais: um processo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região onde o pedido era de indenização em face de estabilidade provisória de acidente do trabalho prevista no art.118 da Lei nº 8.213/91 e outro processo do Tribunal Superior do Trabalho onde o pedido era de pensão mensal vitalícia.

A par da discussão já travada acerca dos números pertencentes à Justiça Comum e à Justiça do Trabalho, observou-se, no Tribunal de Justiça de São Paulo, o percentual de 100% dos casos analisados referindo-se a ações de indenização por danos morais e /ou materiais, não havendo nenhum caso onde foram discutidas outras matérias. Por outro lado, na Justiça do Trabalho, todos os pedidos foram discutidos, encontrando-se nesta Justiça Especial a discussão de todas as matérias envolvendo a saúde do trabalhador no aspecto de seus infortúnios, respeitados os limites de sua competência ter sido estendida a partir de 2004, sendo que, até então, a maioria dos casos tratava de adicional de insalubridade. As questões previdenciárias, por oportuno, sempre foram matérias de competência exclusiva da Justiça Federal, não tendo havido modificação de competência neste particular.

Acrescente-se que, no Tribunal Superior do Trabalho, a maioria de casos com pedido de adicional de insalubridade já era de sua competência. Neste aspecto, não houve repercussão até o momento da Emenda Constitucional nº 45/2004, bem como nos demais tribunais superiores (STJ e STF) em face do curto espaço de tempo de existência desta norma no ordenamento jurídico brasileiro e da morosidade dos julgamentos em cada instância e tribunal.

6.10. A tabela 17 demonstrou que, em 100% dos casos, as empresas que figuraram no pólo passivo das demandas judiciais são empresas da indústria e comércio em geral. Esclarece-se que a empresa SAMA Minerações Associadas é a única mineradora produtora da matéria prima amianto no Brasil e na América Latina, estando entre os maiores produtores de amianto do mundo, sendo que não há nenhum processo analisado contra esta empresa, o que sugere que o problema da exposição do trabalhador ao risco do amianto não está na produção e, sim, está na manufatura da substância.

Importante observação a ser discutida é a de que a SAMA Minerações Associadas está sediada no Município de Minaçu – GO, o que sugere que eventuais ações judiciais possam ter tramitado ou estar tramitando perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), uma vez que a competência para o ajuizamento de processos está balizada pelo local de ocorrência dos fatos. Contudo, há instâncias superiores ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) como, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) e, nestes Tribunais, em nenhum momento foi referido como parte a empresa SAMA Minerações Associadas.

Estas observações também sugerem que os eventuais entraves havidos entre os trabalhadores e a empresa produtora de matéria-prima, que certamente ocorreram e ainda ocorrem, muito provavelmente devem ser resolvidos na esfera extrajudicial, ou seja, extra muros do Poder Judiciário. Outra hipótese para esta situação é a possibilidade inequívoca de que as eventuais discussões entre as partes mencionadas possam ter sido resolvidas em

Primeiro Grau de Jurisdição, onde os acordos são realizados pelos interessados e devidamente homologados pelo juiz da Vara da Comarca, fazendo coisa julgada, ou seja, tornando impossível qualquer posterior discussão acerca do avençado em face do esgotamento da tutela jurisdicional do Estado em Primeira Instância.

Conforme já mencionado, a empresa SAMA Minerações Associadas é controlada pelo Grupo ETERNIT, sendo que esta última é a empresa que controla outras duas subsidiárias: a própria empresa SAMA Minerações Associadas, localizada no município de Minaçu e a empresa PRECON Goiás, localizada no município de Anápolis, também pertencente ao Estado de Goiás.

Considerando-se essas informações, justifica-se a observação constante da tabela 18, pois, reiteradamente, a empresa Eternit S.A. figurou como parte nas demandas judiciais. Embora não tenha feito parte dos objetivos específicos da dissertação, importante mencionar que 67,2% dos acórdãos judiciais tiveram esta empresa no pólo passivo da ação, salientando-se ainda que, somente no Tribunal de Justiça de São Paulo, de todos os casos verificados neste tribunal, 95,8% foram ações de trabalhadores em face da empresa Eternit S.A. fabricante de telhas e caixas d'água de fibrocimento, além de empresa “*holding*” do grupo empresarial, nela incluída a empresa subsidiária SAMA Minerações Associadas.

6.11. Em apenas dois casos julgados no Tribunal Superior do Trabalho (TST), ou seja, 1,7%, considerando-se a totalidade dos acórdãos interpretados, houve a participação do Sindicato dos trabalhadores como substituto processual, ou seja, representando no âmbito coletivo a respectiva categoria de trabalhadores como autor do processo. Isto indica, claramente, que o movimento sindical atual perdeu a força característica da histórica luta pelos interesses e direitos de seus legitimados, resumindo sua participação nos tempos modernos na luta por reajustamentos salariais e manutenção de empregos. A saúde do trabalhador, efetivamente, restou demonstrada que não é o objetivo principal dos sindicalistas. Os sindicatos em geral, em especial dos trabalhadores, estão

diante de um novo quadro e, sob uma perspectiva contemporânea, terão que reagrupar novas forças.

6.12. O meio ambiente do trabalho pode e deve ser preservado, entre outras medidas, pela Ação Civil Pública, que é um instrumento processual capaz de proteger os interesses difusos e coletivos nas relações de trabalho entre trabalhadores e empregadores, sendo o Ministério Público do Trabalho um dos legitimados à sua defesa. Frise-se que se trata de direito coletivo e não individual. Contudo, considerando-se que a matéria objeto de análise está ligada exclusivamente à exposição ao amianto, não se verificou a existência de um único caso para interpretação dos respectivos dados. Dada a gravidade da questão, causou surpresa este resultado.

Cumprе ressaltar uma atuação do Ministério Público dentre os acórdãos judiciais ligados à matéria, embora seja exemplo de um acórdão excluído da análise na presente dissertação, pois o Ministério Público Estadual esteve presente como apelante em uma ação individual em face de Eternit S.A. e Cosme Bispo dos Santos (Apelação Cível nº 571.727-1), tratando-se de homologação de acordo extrajudicial realizado pelas partes interessadas. O Ministério Público pretendia a anulação da sentença que homologou este acordo e foi dado provimento ao recurso interposto pela instituição como fiscal da lei, tendo havido a fundamentação da decisão no sentido de que o obreiro tinha total desconhecimento dos termos do acordo. Este caso não foi objeto de interpretação dos dados por não ser possível o atendimento aos critérios a partir do item quatro do questionário.

A par de o Ministério Público ter esta legitimidade prevista desde a promulgação da Lei nº 7.347/85, mesmo antes da Constituição Federal de 1988, que reafirmou tal mister em seu art. 129, somente em 1993 a Lei Complementar nº 75 cuidou das atribuições do Ministério Público do Trabalho. Assim, insere-se entre os deveres dos órgãos do Ministério Público do Trabalho defender o meio ambiente do trabalho na preservação do direito dos trabalhadores à saúde sob o enfoque coletivo de um modo geral.

Importante se faz salientar que a competência para o julgamento das ações de indenização por danos morais e materiais nas relações de trabalho foi estendida para a Justiça do Trabalho apenas em 2004, por força da aludida Emenda Constitucional nº 45, o que pode sugerir que a eficiência do Ministério Público do Trabalho no que tange à legitimação ativa processual passou a ter mais resultados no âmbito das questões ligadas ao meio ambiente do trabalho a partir de então. Outra observação a ser feita é que, na ocorrência de denúncias de infrações legais, não é comum virem acompanhados elementos suficientes para justificar a abertura de inquérito civil em um processo investigatório, dificultando a abertura desta inquirição ou mesmo do próprio ajuizamento de uma ação civil pública.

Esta é uma reflexão que merece ser analisada, pois o Ministério Público é uma das instituições mais relevantes e essenciais à função jurisdicional do Estado. Deve-se evitar dois extremos: a) imaginar que o Ministério Público irá resolver todos os problemas da sociedade ou b) numa situação oposta, subaproveitar-se desta instituição, pois a atuação do Ministério Público do Trabalho pode ser muito eficaz para a efetiva preservação da saúde do trabalhador no meio ambiente do trabalho. Possíveis causas desse subaproveitamento do Ministério Público: a) eventual desconhecimento acerca de sua existência ou do que efetivamente pode ou não pode ser feito por ele; b) pode ser que o trabalhador não saiba quando é caso de acionamento do Ministério Público, o que dificulta sobremaneira a sua atuação.

6.13. O estudo de acórdãos judiciais por meio da análise dos resultados dos julgados a respeito da exposição de trabalhadores ao risco do amianto como causa de doença do trabalho revelou um aspecto negativo para o trabalhador, pois as demandas judiciais envolvendo sua saúde no ambiente de trabalho, em sua maioria, foram inesperadamente desfavoráveis. Contudo, há uma nítida tendência de reversão deste quadro, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma vez se constatou que, a partir de então, os resultados obtidos na Justiça do Trabalho, em sua maioria, foram favoráveis ao trabalhador. Assim, tem-se que, considerando o grande número de normas vigentes no

Brasil acerca do assunto, foi revelada uma relativa eficácia das Políticas Públicas existentes nesse sentido.

Como corolário deste pensamento, não se pode dizer que há omissão do Estado ao elaborar leis e normas jurídicas em benefício da saúde dos trabalhadores expostos ao amianto. Mas, dada a gravidade deste tipo de exposição, há um caminho longo ainda a ser percorrido.

É possível que o excesso de dispositivos, a falta de clareza e objetividade da legislação e as lacunas nela existentes criem dificuldades, mas não são empecilhos para o Poder Judiciário deixar de cumprir o seu verdadeiro papel. A grande lição que se tira é que os problemas havidos na área ambiental, em especial na esfera da saúde do trabalhador, não são causados pela inexistência de leis adequadas para proteger o meio ambiente, nele inserido o do trabalho, mas sim por sua precária aplicação. Se as leis não são ideais, cabe aos operadores do Direito bem aplicá-las. Com isso, abriu-se um largo espaço para uma atuação efetiva e mais decisiva do Poder Judiciário e, nesse sentido, estar-se-ia aprimorando consideravelmente as normas existentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Os riscos por exposição ao amianto não são aceitáveis nem em nações desenvolvidas, nem naquelas de industrialização recente. Uma proibição mundial imediata da produção e uso do amianto é desejável, completamente justificada e absolutamente necessária. Os temas prevenção e proteção contra os riscos derivados dos ambientes do trabalho e aspectos relacionados à saúde do trabalhador, felizmente, ganham a cada dia maior visibilidade no cenário mundial.

Sob o ponto de vista da discussão mundial, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem se mostrado um dos grandes entusiastas da cooperação internacional em especial no que tange às matérias relacionadas ao meio ambiente, nele inserido o do trabalho. Mas, ainda há poucas decisões nesse sentido.

No tocante às doenças profissionais no Brasil, há apenas poucas situações ou agentes em que o nexo se estabelece quase que automaticamente (incluindo o amianto), desde que a exposição seja comprovada. Este limite restrito de reconhecimento dos agentes, que causam doenças profissionais, contribui para a invisibilidade das mesmas.

O Estado, sob o ponto de vista do Poder Judiciário, tem sido pouco rigoroso na proteção do trabalhador relativamente à exposição ao risco do amianto, não reconhecendo em sua totalidade o direito dos trabalhadores infortunados o próprio direito à indenização.

Acredita-se que, quanto mais tempo durar a decisão em se proibir todos os tipos de amianto no âmbito nacional, inclusive o amianto branco crisotila, mais grave se tornará o passivo social e os custos para o SUS – Sistema Único de Saúde.

O meio ambiente do trabalho adequado e seguro é um dos mais importantes e fundamentais direitos do cidadão trabalhador, o qual, se desrespeitado, provoca agressões a toda a sociedade que, no final das contas, é quem custeia a Previdência Social, responsável pelo SAT – Seguro de Acidentes do Trabalho.

Por fim, considerando-se todo o arcabouço jurídico existente no país, pode-se dizer que, embora já se discuta a questão envolvida na presente dissertação há algumas décadas, a partir da Constituição Federal de 1988, o tema ganhou relevância e o Brasil avançou muito em termos de legislação constitucional e infraconstitucional em face da proteção à saúde do trabalhador, estando inseridas as questões envolvidas pelo tema do amianto.

No sistema constitucional, as supostas antinomias entre as normas são resolvidas por meio dos princípios e da harmonização dos textos constitucionais. Procura-se ponderar valores e delimitar a força vinculante e o alcance de cada uma das normas a fim de se produzir um equilíbrio, sem negar a eficácia de cada uma delas.

O Direito é um mecanismo a serviço da justiça e do bem comum, que abrange a atividade do legislador, do intérprete e do aplicador, os quais devem levar em conta, sempre, certos valores assegurados no ordenamento jurídico. No caso, esses valores estão insculpidos na Constituição Federal, que dispõe no art. 1º, entre outros, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. O art. 170 dispõe que a ordem econômica funda-se na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano.

Assim, a Constituição Federal de 1988 assegurou e incentivou a livre iniciativa econômica, desde que respeitados os princípios que norteiam a dignidade da pessoa humana.

Mais do que a constatação de nítidos avanços legislativos, não se pode olvidar que o Direito está sempre a reboque dos fatos e, nesse sentido, está em pleno curso de mudança uma nova consciência ambiental, a certeza de que somente terá sentido a vida da pessoa enquanto indivíduo se a noção de coletividade estiver arraigada e presente nos ideais da dignidade humana. É preciso que se crie e desenvolva uma cultura em todas as esferas sociais voltada à prevenção dos riscos ambientais no trabalho.

Há muito trabalho pela frente! Mas, esta pode ser uma boa notícia...

7. CONCLUSÕES

A partir da análise de acórdãos judiciais em seis tribunais brasileiros a respeito da exposição dos trabalhadores ao risco do amianto como causa de acidente do trabalho, doença profissional ou morte relativamente aos anos de 1999 a 2009 e seus resultados, verificou-se que, de todas as decisões incluídas nesta matéria, os pedidos dos trabalhadores foram declarados procedentes em apenas 35,3% dos casos.

Objetivou-se a realização de um levantamento dos tribunais de origem dos casos nas ações propostas, sendo que os acórdãos judiciais publicados, divulgados ou registrados de 1999 a 2009 foram oriundos dos seguintes tribunais: TRT da 2ª Região, TRT da 15ª Região e TST que são tribunais pertencentes à Justiça do Trabalho, bem como no TJSP, STJ e STF, pertencentes à Justiça Comum.

Considerando-se as várias etapas do trabalho, chegou-se ao número final de 119 acórdãos em todos os Tribunais, tendo-se em conta todos os descritores, tendo sido excluídos os acórdãos de natureza processual, ou seja, os acórdãos cujo objeto da ação não tinham pertinência direta com a matéria ligada à saúde do trabalhador. Nesta observação, todos os casos em que não se discutiam os fatos havidos entre o trabalhador e a empresa, como, por exemplo, questões meramente formais e processuais, foram renegados, uma vez que não se revestiam de interesse para a investigação, inviabilizando o atendimento a partir do item quatro do questionário de análise dos acórdãos. Foram excluídos, igualmente, os acórdãos em que os descritores eram meramente referidos no texto do acórdão, bem como os acórdãos em que houve repetição de descritores em uma idêntica decisão judicial.

Partindo-se do número final de 119 acórdãos judiciais, observou-se que em 35,3% dos casos houve a exposição do trabalhador ao risco do amianto devidamente comprovada no processo.

Os casos de ocorrência de morte dos trabalhadores até o julgamento do processo em instâncias superiores totalizaram 5,9% dos acórdãos. Portanto, na maioria das decisões

judiciais analisadas, não houve morte do trabalhador até o momento do trânsito em julgado, isto é, até o momento em que o processo não comportou mais recursos na fase do mérito da causa perante os tribunais revisores.

Os pedidos formulados pelos trabalhadores em suas demandas judiciais foram os seguintes: em 74,8% dos casos o que se buscou nas ações propostas foram indenizações por danos materiais e morais; em 23,5% dos casos o que se buscou nas ações propostas foi o adicional de insalubridade em face da exposição do trabalhador ao risco do amianto; em 1,7% dos casos analisados, ou seja, dois casos, os pedidos abrangiam outras verbas contratuais, sendo que houve um processo perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região cujo pedido era de indenização em face de estabilidade provisória de acidente do trabalho prevista no art.118 da Lei nº 8.213/91 e outro processo perante o Tribunal Superior do Trabalho em que o pedido era pensão mensal vitalícia a cargo do empregador.

Realizou-se um levantamento acerca dos resultados favoráveis e desfavoráveis relativamente à matéria pleiteada, o que resultou no importe de 35,3% em favor do trabalhador, percentual coincidente com o resultado relativo à comprovação da exposição ao risco do amianto.

No que diz respeito ao tipo de empresa participante da demanda judicial, a conclusão do estudo é que o risco está na manipulação do amianto e não na produção ou extração propriamente da substância, pois não há nenhum acórdão contra a SAMA Minerações Associadas, sendo esta a única produtora do amianto no Brasil e na América Latina atualmente. Portanto, o grande problema em questão reside na manipulação incorreta do amianto, incluídas aí todas as formas de manuseio.

RECOMENDAÇÕES

8. RECOMENDAÇÕES

8.1. Medidas investigativas atinentes ao campo da saúde pública a serem aplicadas pelos profissionais da área da saúde:

8.1.1. investigar sempre o histórico ocupacional detalhado do trabalhador ou do pacientes com sintomas respiratórios;

8.1.2. ser específico na investigação ocupacional, perguntando diretamente se o paciente trabalha ou trabalhou com amianto ou asbesto;

8.1.3. avaliar a exposição indireta: familiar ou ambiental, perguntando pelo entorno da residência ou pela ocupação dos familiares;

8.1.4. encaminhar o paciente para os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (RENAST), ambulatórios de especialidades com serviço de Pneumologia ou ao Programa Saúde da Família e, após a confirmação de diagnóstico de câncer o paciente deve ser encaminhado aos UNACONS/CACONS (Unidades ou Centro de Alta Complexidade Oncológicos) do SUS;

8.1.5. na confirmação de diagnóstico de patologias ocupacionais como o câncer, o mesotelioma maligno e a asbestose, notificar ao SINAN.

8.2. Pelo histórico de decisões judiciais desfavoráveis aos trabalhadores expostos ao risco do amianto, está justificado a importância da defesa da causa em análise e a manutenção da luta pelo banimento ao amianto no Brasil em defesa do meio ambiente, nele inserido o meio ambiente do trabalho, em respeito às presentes e futuras gerações.

A Constituição tal qual vige atualmente avulta o papel político do Poder Judiciário. Por papel político, entende-se uma participação ativa na conformação da ordem constitucional, da ordem jurídica infraconstitucional e também na definição de rumos administrativos, incluídas as Políticas Públicas.

A luta do Poder Judiciário, tanto na Justiça Comum quanto na Justiça do Trabalho, mais do que dar vida ao Direito, deve ser a busca incessante pela verdadeira Justiça. Neste aspecto, não se está defendendo uma Justiça parcial, mas, um Poder Judiciário mais equânime e consciente de seu papel, menos formal e menos preocupado com aspectos processuais, muito mais dispostos a perquirir a verdade dos fatos como um direito fundamental do trabalhador em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

8.3. Relativamente à questão do ônus da prova já discutida, importante salientar que há muito tempo já se consagrou no meio jurídico a possibilidade de responsabilização civil do empregador pela ocorrência de acidente ou doença do trabalho, com o conseqüente pagamento de indenização ao obreiro vitimado pelo infortúnio. No entanto, as inovações recentes no ordenamento jurídico trouxeram uma nova perspectiva à matéria, tratando-a de forma inovadora comparativamente ao regramento anterior. As principais mudanças havidas sobrevieram com o advento do novo Código Civil (Lei 10.406/2002) e da Emenda Constitucional nº 45 de 2004. Diante do novo panorama, várias dúvidas subsistem aos aplicadores do Direito.

Considerando-se que o Brasil é um grande produtor e consumidor de fibras de amianto na modalidade crisotila ou amianto branco extraídas, comercializadas, industrializadas e exportadas, seria de se esperar que a questão fosse tratada à luz de valores que priorizassem a proteção ambiental, em especial a proteção da saúde da população, nela incluída a dos trabalhadores em toda a cadeia produtiva, até os consumidores, que são milhões de brasileiros.

Diante disso, a proteção ao meio ambiente, nele inserido o do trabalho, deve ser igualada às relações de consumo, aplicando-se a inversão do ônus da prova previsto no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Esta lei instituiu ainda a responsabilidade civil objetiva, em que a necessidade de se provar a culpa é descartada e a simples existência do dano passa a ser suficiente para que haja reparação. As empresas é

que devem provar que suas atividades não trazem danos ao trabalhador. Esse tem sido o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) verificado em casos distintos da matéria em apreço na presente dissertação.

Os resultados demonstraram a dificuldade de comprovação pelo trabalhador de sua exposição ao risco do amianto, o que resultou na maioria dos acórdãos serem desfavoráveis ao hipossuficiente. A regra atual do ônus da prova caber a quem alega tem representado um empecilho processual especialmente na questão ligada ao meio ambiente do trabalho, pois, conforme se comprovou nesta análise, existe uma grande dificuldade de o trabalhador provar que a atividade exercida por determinada empresa tem efeitos na degradação ambiental laboral.

Recomenda-se que os magistrados entendam ser responsabilidade das empresas demonstrar a segurança de suas atividades. A meu ver, cresce a responsabilidade dos juízes, que necessitam de um amplo espectro de conhecimentos e sensibilidade para lidar com questões não pacificadas, além de coragem para contradizer princípios consagrados. A legislação existente é interpretada e reinterpretada à medida que a sociedade se desenvolve. Nesse sentido, é fundamental a presença de juízes bem sintonizados com as demandas sociais e com o desenvolvimento econômico sustentável para adequar a aplicação da lei a uma nova realidade em constante mudança. A atuação vanguardista do juiz está inexoravelmente respaldada pela legislação existente no Brasil.

Os interesses econômicos não podem ser os obstáculos principais para a consolidação de uma consciência e de um ordenamento jurídico voltado à preservação da vida digna e saudável da pessoa humana, devendo ser reunidos e harmonizados os diversos interesses de todas as partes envolvidas na sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

9. REFERÊNCIAS

- ABREA. Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto. Disponível em: <http://www.abrea.org.br>. Acesso em: 12 fev.2010.
- AIITH, F.A. *Curso de Direito Sanitário – a Proteção do Direito à Saúde no Brasil*. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2007.
- ALGRANTI, E.; FREITAS, J.B.P.; MENDONÇA, E.M.C.; DECAPITANI, E.M.; SILVA, H.C.; BUSSACOS, M.A. *Non-Malignant Asbestos-Related Diseases In Brazil Asbestos-Cement Workers*. In: J. Ind. Med. 2001. n. 40, p. 240-54.
- ALGRANTI, E. Epidemiologia das doenças ocupacionais respiratórias no Brasil. In: *Silva, L.C.C. da. Epidemiologia das doenças respiratórias*. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2001. Vol. 1, p. 119-43.
- _____. Outras pneumoconioses. In: *Jornal Brasileiro de Pneumologia*. São Paulo: 2006. Vol. 32, supl.2.
- ANDRADE, L.M.M. *Meio Ambiente do Trabalho e Ação Civil Pública Trabalhista*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2003.
- ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. *Manuais de Legislação*. 52ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BARROSO, L. R. 20 anos da Constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. In: *Revista do Advogado*. n. 99. São Paulo: Ed. AASP, 2008.
- BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Ed. AASP, 2008.

- BRICKMAN, L. The Asbestos Litigation Crisis: Is There a Need for an Administrative Alternative? *Cardozo Law Review*, Vol.13, Issue 6 (April 1992), pp. 1819-1890.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: 2000. Vol. 5, n. 1.
- CAPELOZZI, E.L. Asbesto, asbestose e câncer: critérios diagnósticos. In: *Jornal Brasileiro de Pneumologia*. São Paulo: 2001. Vol. 27, n. 4.
- CASTLEMAN, B.I. *Asbestos: Medical and Legal Aspects*. New York. Aspen Publishers, 2005.
- CASTRO, H.A.; SILVA, C. G. da; VICENTIN, G. Estudo das internações hospitalares por pneumoconioses no Brasil, 1984-2003. In: *Revista Brasileira de Epidemiologia*. São Paulo: 2005. Vol. 8, n. 2.
- CASTRO, H.A.; GIANNASI F.; NOVELLO C. A luta pelo banimento do amianto nas Américas: uma questão de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*. São Paulo: 2003; Vol. 8, p. 903-12.
- CÓDIGO CIVIL. Série Legislação Acadêmico-forense. São Paulo: Ed. RT, 2005.
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Série Legislação Acadêmico-forense. São Paulo: Ed. RT, 2006.
- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. CLT-LTr. 34ª Ed. São Paulo: Ed. LTr., 2007.
- COSTA, J.L.R.; FERREIRA Jr.,Y.M.; MENDES, R. Asbesto e doença: introdução ao problema no Brasil. *Revista da Associação Médica Brasileira*. São Paulo: 1983. Vol. 29, p.18-21.

DALLARI, D.A. *O Poder dos Juizes*. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

DIAS, E.; MELO, E.M. Políticas Públicas em Saúde e Segurança no Trabalho. In: MENDES, R. (Coord.) *Patologias do Trabalho*. 2. São Paulo: Ed. Atheneu, 1995. Vol. 2, p. 1683-1708.

DOLL, R. Mortality from lung cancer in asbestos workers. *Br J Indust Med*. 1955; 12(2): 81-6.

ETERNIT. Disponível em <<http://www.eternit.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

FALEIROS, V.P. *O Trabalho da Política: Saúde e Segurança dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

FIGUEIREDO, G. J. P. de. *Direito Ambiental e a Saúde dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. LTr, 2007.

FUNDACENTRO (FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO). Disponível em <[http:// www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)>. Acesso em: 22 jul. 2010.

GIANNASI, F.; THÉBAUD-MONY A. Occupational Exposures to Asbestos in Brazil. In: *J. Occup. Environ. Health*, 1997. Vol. 3, p.150-7.

GIANNASI, F. *Morte lenta. A exposição ao amianto ou asbesto como causa de câncer ocupacional no Brasil*. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 618, 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6461>>. Acesso em: 12 ago.2008.

_____. A legislação nacional e internacional sobre o asbesto. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 16:26-31.

GIBBS, G.W. Synthetic fibres and health: An overview. *Jornal de Pneumologia*. 20 (Sup. 4): 219-229.

GUSTAVSSON, P. Cancer, Prevention. In: *Encyclopaedia of occupational health and safety*. 4 Ed. Geneva: International Labor Office, 1998.

HUNTER, W.J. Carcinogenic substances. In: *Encyclopaedia of occupational health and safety*. 3 Ed. Rome: International Labor Office, 1989. Vol. 1, p. 401-4.

INCA (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER). Disponível em <<http://www.inca.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

LEMEN, R.A. & BINGHAM, E.A. A case study in avoiding a deadly legacy in developing countries. *Toxicology and Industrial Health*, 10:59-87, 1994.

LEMEN, R.A. Call for an internacional ban on asbestos: Why asbestos should be banned. *American Journal of Industrial Medicine*, 37:236-237, 2000.

LIPIETZ, A. Discutant in THÉBAUD-MONY A. (Org). *Santé, flexibilité du travail, précarisation. Le cas des Maladies Professionnelles. Approche comparative franco-brésilienne*. RAPPORT FINAL Réseau INSERM/Nord-Sud, Paris, 1997, p. 33.

MELO, R. S. *Direito Ambiental do Trabalho e a Saúde do Trabalhador*. São Paulo: Ed. LTr, 2006.

_____. Acidente de Trabalho – Responsabilidade com e sem culpa. In: *Revista Escola da Magistratura da 2ª Região*. N.03. São Paulo, 2008, p.99.

MENDES, R. Amianto e política de saúde pública no Brasil. In: *Cad. Saúde Pública*. Vol. 23 n.7. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. *Cad. Saúde Pública*. Vol. 17, n. 7-29. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Patologia do Trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 1995, p.118/120.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <[http:// www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br)>. Acesso em: 10 dez. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Normas e Manuais Técnicos. Vol. 6. In: *Pneumoconioses. Protocolos de Complexidade Diferenciada*. Série A. Brasília: Ed. MS, 2006.

_____. Disponível em: <[http:// www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)>. Acesso em: 10 jan. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <[http:// www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em: 25 jan. 2010.

NOGUEIRA, D. D.; CERTAIN, D.A.; UESUGUI, S.J.; KOGA, R.K.; RIBEIRO, H. P. Asbestose no Brasil: um risco ignorado. In: *Rev. Saúde Pública*. Vol. 9, n.3. São Paulo, 1975.

NUNES, J.S.M. Importância econômico-social e estratégia do amianto no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 16:34-37, 1988.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Disponível em <[http:// www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)>. Acesso em: 21 dez. 2008.

OLIVEIRA, Sebastião G. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. *Revista LTr*. São Paulo: Ed. LTr, 2010.

_____. *Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional*. São Paulo: Ed. LTr, 2008.

O'MALLEY, C.J. Breaking Asbestos Litigations Chokehold on the American Judiciary. *University of Illinois Law Review*, Issue 3 (2008), pp. 1101-1124.

OMS (Organização Mundial de Saúde). Disponível em: <<http://www.who.int>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

REVISTA DOS TRIBUNAIS. Disponível em <<http://www.rt.com.br>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

SÃO PAULO, Assembléia Legislativa. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

SALIBA, T.M.; PAGANO, S.C.R.S. *Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador*. São Paulo: Ed. LTr, 2009.

SAMA. Disponível em <<http://www.sama.com.br>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

SCAVONE L.; GIANNASI, F.; THÉBAUD-MONY A. Doenças Profissionais provocadas pelo amianto no Brasil e a construção dos contra-poderes: uma abordagem em saúde, trabalho e gênero. In: *V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva*. Águas de Lindóia, 1997. Artigo. Disponível em: <<http://www.abrea.com.br>> Acesso em: 12 dez. 2008.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AMIANTO. O lado obscuro da história do asbesto. In: *Seminário Internacional "Bastamianto"*. Milão, Itália, 1993.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em <[http:// www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)>. Acesso em: 02 jan. 2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

TERRA FILHO, M.; FREITAS, J.B.P.; NERY, L.E. Doenças asbesto-relacionadas. In: *Jornal Brasileiro de Pneumologia*. 32 (Supl 2): S66-S71. São Paulo, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Disponível em <<http://www.tjsp.jus.br>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO. Disponível em <<http://www.trtsp.jus.br>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. Disponível em <<http://www.trt15.jus.br>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Disponível em <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

U.S. DEPARTMENT OF LABOR. Final risk: Asbestos. *Federal Register*, 51 FR, 22780, 1986.

Anexo 1 – Questionário aplicado para análise de dados

Descritor:

Número do Acórdão:

1) Qual o tribunal que originou o acórdão? _____

2) Qual o ano de publicação ou registro do acórdão? _____

3) O objeto da ação tem pertinência direta com a matéria ligada à saúde do trabalhador?

_____ SIM _____ NÃO

4) A exposição do trabalhador ao risco do amianto foi comprovada no processo?

_____ SIM _____ NÃO

5) Houve morte do trabalhador?

_____ SIM _____ NÃO

6) Quais os pedidos dos trabalhadores expostos ao risco do amianto?

_____ INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E/OU DANO MATERIAL EM DECORRÊNCIA DE
ACIDENTE DO TRABALHO, DOENÇA PROFISSIONAL OU MORTE

_____ ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

_____ OUTRAS VERBAS CONTRATUAIS

7) O trabalhador obteve resultado favorável ou desfavorável relativamente à matéria pleiteada?

_____ FAVORÁVEL _____ DESFAVORÁVEL

8) Que tipo de empresa participou da demanda judicial?

_____ PRODUTORA DE MATÉRIA-PRIMA _____ INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM GERAL

Anexo 2 – Glossário de informações sobre recursos excluídos em cada Tribunal

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

- a) Recursos de natureza criminal como, por exemplo, pessoa que teria furtado ou roubado telhas de amianto
- b) Recursos em que era discutida a anulação de acordo judicial homologado pelo juiz em primeira instância
- c) Recursos de ordem processual, ou seja, sem pertinência direta ao objeto da ação ligado à matéria de saúde do trabalhador:
 - Agravo de Instrumento
 - Mandado de Segurança
 - Agravo Retido
 - Agravo Regimental
 - Embargos infringentes
 - Embargos à execução
 - Embargos de terceiro
- d) Recursos que tratavam das seguintes matérias:
 - Fornecimento de medicamentos
 - Falência
 - Arrendamento Rural
 - Ação Possessória
 - Marcas e patentes
 - Ação de cobrança
 - Compensação financeira
 - Indenização de terceiros estranhos à relação de trabalho
 - Ação demolitória
 - Desapropriação
 - Consumidor
 - Ação monitória

- Ação de atentado
- Ação regressiva
- Nunciação de obra nova
- Alienação fiduciária
- Locação de imóvel
- Multa ambiental

e) Recursos em que houve a exclusão em face de:

- Prescrição
- Incompetência da Justiça Comum
- Baixa dos autos à origem para produção de novas provas
- Recurso interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativamente à discussão de benefícios previdenciários
- Discussão relativa à contribuição confederativa, assistencial e sindical de sindicato
- Descritores apenas referidos no texto (exemplo: luva de amianto) ou na jurisprudência, sem pertinência ou nexo de causalidade entre o trabalhador, a empresa e o dano sofrido
- Descritores repetidos em acórdãos idênticos

STJ – Superior Tribunal de Justiça

f) Recursos de ordem processual, ou seja, sem pertinência direta ao objeto da ação ligado à matéria de saúde do trabalhador:

- Mandado de Segurança
- Agravo Regimental
- Embargos de declaração em agravo regimental

g) Recursos em que houve a exclusão em face de:

- Recurso interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativamente à discussão de benefícios previdenciários

- Descritores apenas referidos no texto (exemplo: luva de amianto) ou na jurisprudência, sem pertinência ou nexo de causalidade entre o trabalhador, a empresa e o dano sofrido
- Descritores repetidos em acórdãos idênticos

STF – Supremo Tribunal Federal

- h) Recursos de ordem processual, ou seja, sem pertinência direta ao objeto da ação ligado à matéria de saúde do trabalhador:
- Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade
 - Ação Direta de Inconstitucionalidade
 - Agravo Regimental
 - Agravo Regimental no Agravo de Instrumento
 - Embargos de declaração no Agravo Regimental
- i) Recursos em que houve a exclusão em face de:
- Descritores apenas referidos no texto (exemplo: luva de amianto) ou na jurisprudência, sem pertinência ou nexo de causalidade entre o trabalhador, a empresa e o dano sofrido
 - Descritores repetidos em acórdãos idênticos

TRT 2ª REGIÃO – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

- j) Recursos em que era discutida a anulação de acordo judicial homologado pelo juiz em primeira instância
- k) Recursos de ordem processual, ou seja, sem pertinência direta ao objeto da ação ligado à matéria de saúde do trabalhador:
- Recurso Ordinário sem apreciação do mérito
 - Embargos de declaração rejeitados e que não houve modificação do julgado
 - Ação cautelar inominada para dar efeito suspensivo ao Recurso Ordinário
- l) Recursos em que houve a exclusão em face de:
- Prescrição
 - Baixa dos autos à origem para produção de novas provas

- Recurso interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativamente à discussão de benefícios previdenciários
- Discussão relativa à contribuição confederativa, assistencial e sindical de sindicato
- Descritores apenas referidos no texto (exemplo: luva de amianto) ou na jurisprudência, sem pertinência ou nexo de causalidade entre o trabalhador, a empresa e o dano sofrido
- Descritores repetidos em acórdãos idênticos

TRT 15ª REGIÃO – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

- m) Recursos em que era discutida a anulação de acordo judicial homologado pelo juiz em primeira instância
- n) Recursos de ordem processual, ou seja, sem pertinência direta ao objeto da ação ligado à matéria de saúde do trabalhador:
 - Recurso Ordinário sem apreciação do mérito
 - Embargos de declaração rejeitados e que não houve modificação do julgado
 - Ação cautelar inominada para dar efeito suspensivo ao Recurso Ordinário
 - Agravo de Petição
 - Incidente de Uniformização de Jurisprudência
- o) Recursos em que houve a exclusão em face de:
 - Prescrição
 - Baixa dos autos à origem para produção de novas provas
 - Recurso interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativamente à discussão de benefícios previdenciários
 - Discussão relativa à contribuição confederativa, assistencial e sindical de sindicato
 - Descritores apenas referidos no texto (exemplo: luva de amianto) ou na jurisprudência, sem pertinência ou nexo de causalidade entre o trabalhador, a empresa e o dano sofrido
 - Descritores repetidos em acórdãos idênticos

TST – Tribunal Superior do Trabalho

p) Recursos que tratavam das seguintes matérias:

- Expurgos inflacionários

q) Recursos de ordem processual, ou seja, sem pertinência direta ao objeto da ação ligado à matéria de saúde do trabalhador:

- Recurso de Revista não conhecido por ausência de pressupostos processuais de admissibilidade
- Embargos de declaração rejeitados e que não houve modificação do julgado
- Mandado de Segurança
- Agravo de Instrumento
- Dissídio Coletivo
- Incidente de Uniformização de Jurisprudência

r) Recursos em que houve a exclusão em face de:

- Prescrição
- Baixa dos autos à origem para produção de novas provas
- Recurso interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativamente à discussão de benefícios previdenciários
- Discussão relativa à contribuição confederativa, assistencial e sindical de sindicato
- Descritores apenas referidos no texto (exemplo: luva de amianto) ou na jurisprudência, sem pertinência ou nexo de causalidade entre o trabalhador, a empresa e o dano sofrido
- Descritores repetidos em acórdãos idênticos

Anexo 3 – N.R. 15 (anexo nº 12)
ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES
LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA POEIRAS MINERAIS
ASBESTO

1. O presente Anexo aplica-se a todas e quaisquer atividades nas quais os trabalhadores estão expostos ao asbesto no exercício do trabalho.

1.1. Entende-se por "asbesto", também denominado amianto, a forma fibrosa dos silicatos minerais pertencentes aos grupos de rochas metamórficas das serpentinas, isto é, a crisotila (asbesto branco), e dos anfibólios, isto é, a actinolita, a amosita (asbesto marrom), a antofilita, a crocidolita (asbesto azul), a tremolita ou qualquer mistura que contenha um ou vários destes minerais;

1.2. Entende-se por "exposição ao asbesto", a exposição no trabalho às fibras de asbesto respiráveis ou poeira de asbesto em suspensão no ar originada pelo asbesto ou por minerais, materiais ou produtos que contenham asbesto.

1.3. Entende-se por "fornecedor" de asbesto, o produtor e/ou distribuidor da matéria-prima "in natura".

2. Sempre que dois ou mais empregadores, embora cada um deles com personalidade jurídica própria, levem a cabo atividades em um mesmo local de trabalho, serão, para efeito de aplicação dos dispositivos legais previstos neste Anexo, solidariamente responsáveis contratante(s) e contratado(s).

2.1. Compete à(s) contratante(s) garantir os dispositivos legais previstos neste Anexo por parte do(s) contratado(s).

3. Cabe ao empregador elaborar normas de procedimento a serem adotadas em situações de emergência, informando os trabalhadores convenientemente, inclusive com treinamento específico.

3.1. Entende-se por "situações de emergência" qualquer evento não programado dentro do processo habitual de trabalho que implique o agravamento da exposição dos trabalhadores.

4. Fica proibida a utilização de qualquer tipo de asbesto do grupo anfibólio e dos produtos que contenham estas fibras.

4.1. A autoridade competente, após consulta prévia às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores interessados, poderá autorizar o uso de anfibólios, desde que a substituição não seja exequível e sempre que sejam garantidas as medidas de proteção à saúde dos trabalhadores.

5. Fica proibida a pulverização (spray) de todas as formas do asbesto.

6. Fica proibido o trabalho de menores de dezoito anos em setores onde possa haver exposição à poeira de asbesto.

7. As empresas (públicas ou privadas) que produzem, utilizam ou comercializam fibras de asbesto e as responsáveis pela remoção de sistemas que contêm ou podem liberar fibras de asbesto para o ambiente deverão ter seus estabelecimentos cadastrados junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social/Instituto Nacional de Seguridade Social, através de seu setor competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador.

7.1. O referido cadastro será obtido mediante a apresentação do modelo Anexo I.

7.2. O número de cadastro obtido será obrigatoriamente apresentado quando da aquisição da matéria-prima junto ao fornecedor.

7.3. O fornecedor de asbesto só poderá entregar a matéria-prima a empresas cadastradas.

7.4. Os órgãos públicos responsáveis pela autorização da importação de fibras de asbesto só poderão fornecer a guia de importação a empresas cadastradas.

7.5. O cadastro deverá ser atualizado obrigatoriamente a cada 2 (dois) anos.

8. Antes de iniciar os trabalhos de remoção e/ou demolição, o empregador e/ou contratado, em conjunto com a representação dos trabalhadores, deverão elaborar um plano de trabalho onde sejam especificadas as medidas a serem tomadas, inclusive as destinadas a:

- a) proporcionar toda proteção necessária aos trabalhadores;
- b) limitar o desprendimento da poeira de asbesto no ar;
- c) prever a eliminação dos resíduos que contenham asbesto.

9. Será de responsabilidade dos fornecedores de asbesto, assim como dos fabricantes e fornecedores de produtos contendo asbesto, a rotulagem adequada e suficiente, de maneira facilmente compreensível pelos trabalhadores e usuários interessados.

9.1. A rotulagem deverá conter, conforme modelo Anexo:

- a letra minúscula "a" ocupando 40% (quarenta por cento) da área total da etiqueta;

- caracteres: "Atenção: contém amianto", "Respirar poeira de amianto é prejudicial à saúde" e "Evite risco: siga as instruções de uso".

9.2. A rotulagem deverá, sempre que possível, ser impressa no produto, em cor contrastante, de forma visível e legível.

10. Todos os produtos contendo asbesto deverão ser acompanhados de "instrução de uso" com, no mínimo, as seguintes informações: tipo de asbesto, risco à saúde e doenças relacionadas, medidas de controle e proteção adequada.

11. O empregador deverá realizar a avaliação ambiental de poeira de asbesto nos locais de trabalho, em intervalos não superiores a 6 (seis) meses.

11.1. Os registros das avaliações deverão ser mantidos por um período não inferior a 30 (trinta) anos.

11.2. Os representantes indicados pelos trabalhadores acompanharão o processo de avaliação ambiental.

11.3. Os trabalhadores e/ou seus representantes têm o direito de solicitar avaliação ambiental complementar nos locais de trabalho e/ou impugnar os resultados das avaliações junto à autoridade competente.

11.4. O empregador é obrigado a afixar o resultado dessas avaliações em quadro próprio de avisos para conhecimento dos trabalhadores.

12. O limite de tolerância para fibras respiráveis de asbesto crisotila é de $2,0 \text{ f/cm}^3$.

12.1. Entende-se por "fibras respiráveis de asbesto" aquelas com diâmetro inferior a 3 micrômetros, comprimento maior que 5 micrômetros e relação entre comprimento e diâmetro superior a 3:1.

13. A avaliação ambiental será realizada pelo método do filtro de membrana, utilizando-se aumentos de 400 a 500x, com iluminação de contraste de fase.

13.1. Serão contadas as fibras respiráveis conforme subitem 12.1 independentemente de estarem ou não ligadas ou agregadas a outras partículas.

13.2. O método de avaliação a ser utilizado será definido pela ABNT/INMETRO.

13.3. Os laboratórios que realizarem análise de amostras ambientais de fibras dispersas no ar devem atestar a participação em programas de controle de qualidade laboratorial e sua aptidão para proceder às análises requeridas pelo método do filtro de membrana.

14. O empregador deverá fornecer gratuitamente toda vestimenta de trabalho que poderá ser contaminada por asbesto, não podendo esta ser utilizada fora dos locais de trabalho.

14.1. O empregador será responsável pela limpeza, manutenção e guarda da vestimenta de trabalho, bem como dos EPI utilizados pelo trabalhador.

14.2. A troca de vestimenta de trabalho será feita com frequência mínima de duas vezes por semana.

15. O empregador deverá dispor de vestiário duplo para os trabalhadores expostos ao asbesto.

15.1. Entende-se por "vestiário duplo" a instalação que oferece uma área para guarda de roupa pessoal e outra, isolada, para guarda da vestimenta de trabalho, ambas com comunicação direta com a bateria de chuveiros.

15.2. As demais especificações de construção e instalação obedecerão às determinações das demais Normas Regulamentadoras.

16. Ao final de cada jornada diária de trabalho, o empregador deverá criar condições para troca de roupa e banho do trabalhador.

17. O empregador deverá eliminar os resíduos que contêm asbesto, de maneira que não se produza nenhum risco à saúde dos trabalhadores e da população em geral, de conformidade com as disposições legais previstas pelos órgãos competentes do meio ambiente e outros que porventura venham a regulamentar a matéria.

18. Todos os trabalhadores que desempenham ou tenham funções ligadas à exposição ocupacional ao asbesto serão submetidos a exames médicos previstos no subitem 7.1.3 da NR-7, sendo que por ocasião da admissão, demissão e anualmente devem ser realizados, obrigatoriamente, exames complementares, incluindo, além da avaliação clínica, telerradiografia de tórax e prova de função pulmonar (espirometria).

18.1. A técnica utilizada na realização das telerradiografias de tórax deverá obedecer ao padrão determinado pela Organização Internacional do Trabalho, especificado na Classificação Internacional de Radiografias de Pneumoconioses (OIT-1980).

18.2. As empresas ficam obrigadas a informar aos trabalhadores examinados, em formulário próprio, os resultados dos exames realizados.

19. Cabe ao empregador, após o término do contrato de trabalho envolvendo exposição ao asbesto, manter disponível a realização periódica de exames médicos de controle dos trabalhadores durante 30 (trinta) anos.

19.1. Estes exames deverão ser realizados com a seguinte periodicidade:

- a) a cada 3 (três) anos para trabalhadores com período de exposição de 0 (zero) a 12 (doze) anos;
- b) a cada 2 (dois) anos para trabalhadores com período de exposição de 12 (doze) a 20 (vinte) anos;
- c) anual para trabalhadores com período de exposição superior a 20 (vinte) anos.

19.2. O trabalhador receberá, por ocasião da demissão e retornos posteriores, comunicação da data e local da próxima avaliação médica.

20. O empregador deve garantir informações e treinamento aos trabalhadores, com frequência mínima anual, priorizando os riscos e as medidas de proteção e controle devido à exposição ao asbesto.

20.1. Os programas de prevenção já previstos em lei (curso da CIPA, SIPAT, etc.) devem conter informações específicas sobre os riscos de exposição ao asbesto.

21. Os prazos de notificações e os valores das infrações estão especificados no Anexo III.

22. As exigências contidas neste anexo entrarão em vigor em 180 (cento e oitenta dias) a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo 4 – MODELO DO CADASTRO DOS UTILIZADORES DO ASBESTO

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
Telefone: _____ CEP: _____
CNPJ: _____
Ramo de Atividade: _____
CNAE _____

II - DADOS DE PRODUÇÃO

1. Número de Trabalhadores

- Total: _____ Menores: _____ Mulheres: _____
- Em contato direto com o asbesto: _____

2. Procedência do asbesto: Nacional _____ Importado _____

Nome do(s) fornecedor(es) _____

3. Produtos Fabricados:

Gênero de produto que contém asbesto utilização a que se destina:

4. Observações:

NOTA: As declarações acima prestadas são de inteira responsabilidade da empresa, passíveis de verificação e eventuais penalidades facultadas pela lei.

Local: _____ Data: ____ / ____ / ____

Assinatura e carimbo da empresa